

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Letras
Bacharelado em Letras - Tradução Português e Francês

JULIANA MARSCHAL RAMOS

**“A EQUIVALÊNCIA NA DIFERENÇA” E A “POSSIBILIDADE DA TRADUÇÃO”:
ENCONTROS ENTRE LINGUISTAS E TRADUTORES A PARTIR DE UMA
LEITURA DE BENVENISTE E DE JAKOBSON**

Porto Alegre

2024

JULIANA MARSCHAL RAMOS

**“A EQUIVALÊNCIA NA DIFERENÇA” E A “POSSIBILIDADE DA TRADUÇÃO”:
ENCONTROS ENTRE LINGUISTAS E TRADUTORES A PARTIR DE UMA
LEITURA DE BENVENISTE E DE JAKOBSON**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Letras - Tradução Português e Francês do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Heloisa Monteiro Rosário

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Marschal Ramos, Juliana

"A equivalência na diferença" e a "possibilidade da tradução": encontros entre linguistas e tradutores a partir de uma leitura de Benveniste e de Jakobson / Juliana Marschal Ramos. -- 2024.

76 f.

Orientadora: Heloisa Monteiro Rosário.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Bacharelado em Letras: Tradutor Português e Francês, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Tradução. 2. Equivalência tradutória. 3. Linguística. 4. Émile Benveniste. 5. Roman Jakobson. I. Monteiro Rosário, Heloisa, orient. II. Título.

JULIANA MARSCHAL RAMOS

**“A EQUIVALÊNCIA NA DIFERENÇA” E A “POSSIBILIDADE DA TRADUÇÃO”:
ENCONTROS ENTRE LINGUISTAS E TRADUTORES A PARTIR DE UMA
LEITURA DE BENVENISTE E DE JAKOBSON**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Letras - Tradução Português e Francês do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Heloisa Monteiro Rosário

Aprovada em: Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Heloisa Monteiro Rosário
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Alena Ciulla
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Carolina Knack
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho ao meu avô Telmo Marschal (*in memoriam*) e à minha avó Paula Hedy Marschal, as duas pessoas que eu mais amo e que sempre amarei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Heloisa Monteiro Rosário pela orientação, pelo acolhimento e pelos ensinamentos, desde a disciplina de Francês I até hoje. Nossas reuniões e conversas sempre são momentos de alegria, troca e gentileza. Agradeço também por me guiar enquanto eu desbravava os diferentes caminhos possíveis na minha formação. Que nossos caminhos continuem se encontrando, pois é uma alegria imensa a sua presença na minha vida.

Agradeço à professora Ana Zandwais por ter acreditado em mim, no meu trabalho e no meu potencial na universidade. Há muito dos seus ensinamentos em tudo que faço, e tenho muito carinho e admiração por você.

Agradeço à professora Patrícia Reuillard por me ensinar a traduzir e a ser tradutora. Espero ser uma tradutora tão boa como você. Obrigada por transformar a minha trajetória acadêmica com tanto afeto e cuidado, e por sempre me dar espaço para eu me tornar a tradutora-linguista que eu busco me tornar.

Agradeço à professora Marion Dufour pelas aulas de francês, mas também por ter me incentivado a ser cada vez melhor, sem medo de errar.

Agradeço ao professor Valdir do Nascimento Flores, cujas obras e aulas sempre me inspiraram a ler e pesquisar cada dia mais. Obrigada por ter feito a pergunta em aula que me encorajou a fazer este trabalho e por sempre valorizar as dúvidas e os comentários dos alunos.

Agradeço à professora Luiza Milano, que é uma das grandes responsáveis por haver tanto Saussure em minha vida! Obrigada por confiar no meu trabalho de tradução e por ser parte dessa caminhada rumo à uma reflexão linguística da tradução. Suas aulas e produções são essenciais e eu sou grata por ter conhecido você.

Agradeço ao professor Fábio Ramos Barbosa Filho por confiar no meu trabalho de tradução e por ser o melhor parceiro de tradução que poderia existir. Agradeço igualmente por sempre acolher minhas dúvidas e formulações em aula, e por ter me ensinado que a dúvida e o não saber são espaços possíveis e muito necessários. É uma honra fazer parte das suas aulas e poder conviver com você. Há muito de você e de seus ensinamentos neste trabalho e em tudo que virá *à l'avenir*.

Agradeço a todos os professores dos quais tive a honra de ser aluna no curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço ao professor Daniel Conte por sempre torcer por mim. Obrigada também por sempre me lembrar que a literatura é um dos refúgios mais belos e seguros da vida. É para ela que sempre retorno quando as coisas estão difíceis.

Agradeço à Sara Luiza Hoff e à Larissa Freisleben, minhas primeiras interlocutoras nesse universo benvenistiano. Obrigada pela paciência, pelo afeto e pela amizade.

Agradeço também ao grupo de “Além da enunciação: leituras de Émile Benveniste” — Alessandra, Júlia, Everton, Santiago, Ewaldo, Sara, Larissa, Gabriela, Raphaela e Arthur — pelas tardes de leitura, estudo e desabafos. Minha jornada começou com vocês e este trabalho é resultado de muitas de nossas conversas.

Agradeço aos colegas e amigos leitores de Pêcheux e Althusser — Verônica, Benjamin, Cristian, Artur, Erica, Marilene, Renata, Júlio e Vicente — e à professora Luciana. Que sorte a minha que nossos caminhos se cruzaram. Sempre será uma grande alegria me aventurar pela AD ao lado de vocês. Agradeço especialmente ao Lucas Zafalon por ter lido este trabalho e por dividir comigo o sonho de ler todos os textos de linguística já produzidos.

Agradeço aos amigos que o curso me deu, que hoje são tradutores e professores que admiro muito. A vida acadêmica sempre foi mais leve e bonita com vocês.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional ao longo da minha trajetória acadêmica. Aos meus pais, pelo cuidado e amor. À minha avó, pelos cafés, crochês, tricôs, bordados e novelas. Nosso tempo juntas sempre é uma fonte inesgotável de afeto e calma.

Agradeço ao Thiago por dividir a vida e os sonhos comigo. Muito obrigada por ser o melhor 오빠 [oppa] que alguém poderia ter. A vida é muito mais feliz ao seu lado.

Agradeço à Silvana Magayevski da Silveira por me ensinar a ver o melhor em mim e nunca me deixar desistir.

Agradeço também às professoras Alena Ciulla e Carolina Knack por aceitarem prontamente o convite para compor a banca deste trabalho. É uma honra ser avaliada e guiada por duas professoras e pesquisadoras tão competentes e generosas.

Por fim, agradeço à universidade pela bolsa de iniciação científica concedida.

“A tradução está no núcleo da linguagem”.

(*Tradução: história, teorias e método*, Michaël Oustinoff)

“Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa”

(“A forma e o sentido na linguagem”, Émile Benveniste)

“Traduzir não é tarefa fácil. Todos nós sabemos. Ela exige de quem a faz certa coragem para, a partir da palavra menos mutiladora, tornar um texto escrito em uma língua compreensível a sujeitos que falam e leem em outra língua. Traduzir é, de certa forma, escrever aquele tipo de leitura que Roland Barthes chama de ‘ler levantando a cabeça’. Sim, o tradutor lê e, constantemente, levanta a cabeça, interrompe sua leitura, seja por afluxo de ideias, seja por associações, seja por hesitações. É essa leitura meio perturbada, meio desrespeitosa, meio apaixonada que o tradutor faz”

(*Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*, Valdir do Nascimento Flores)

RESUMO

Esta pesquisa toma como objeto duas noções que constantemente são mencionadas na formação de tradutores, a saber, *tradução* e *equivalência*, a partir do encontro de uma tradutora — a autora do presente trabalho — com dois linguistas. Propomos, na verdade, dois encontros: (1) um encontro apontado por Flores (2019), entre Émile Benveniste e Roman Jakobson; (2) um encontro de uma tradutora com dois linguistas. Portanto, os questionamentos sobre tradução e equivalência foram desencadeados por autores que normalmente não são associados aos estudos da tradução: Roman Jakobson e Émile Benveniste. Tendo em vista que os conceitos aqui mobilizados são muitas vezes tomados como se fossem evidentes e unívocos, este trabalho aponta para a necessidade de recuar frente às evidências atribuídas a eles. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo propor uma reflexão sobre a tradução e a equivalência tradutória a partir de uma perspectiva que não se enquadra estritamente no campo dos estudos da tradução, mas sim no campo da linguística. Inicialmente, pensaremos como o encontro entre os dois linguistas é possível, levando em consideração conceitos e problemáticas de suas teorizações. Em seguida, faremos uma reflexão sobre o segundo encontro, entre uma tradutora e os dois linguistas, para pensar em que termos se isso se dá e os efeitos possíveis na prática e formação de tradutores. Embora nem Benveniste nem Jakobson tenham abordado a tradução como um objeto de teorização, Flores encontra uma abertura para uma discussão linguística da tradução nesses textos, sobretudo porque há semelhanças de formulação de algumas propostas, além da ocorrência de *tradução* e *equivalência*. Para isso, realizaremos uma leitura pormenorizada dos textos “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1958), de Benveniste, e “Aspectos linguísticos da tradução” (1959), de Jakobson, que são os dois textos nos quais Flores (2019) ancora sua proposta de aproximação. No entanto, propomos que sejam adicionados ainda outros textos de Benveniste, tendo em vista que a tradução é mencionada de forma explícita neles, a saber “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967), a nota manuscrita inacabada “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016), além de “As relações de tempo no verbo francês” (1959). Desse modo, acreditamos que essa discussão poderá contribuir tanto para os estudos de tradução como para a formação de tradutores, uma vez que a tradução e a equivalência serão estudadas por meio de uma teorização que aborda essas noções pelo ponto de vista da língua, que nada mais é do que o objeto de trabalho do tradutor.

Palavras-chave: Tradução. Equivalência tradutória. Linguística. Émile Benveniste. Roman Jakobson.

RÉSUMÉ

Cette recherche prend comme objet deux notions qui sont constamment évoquées dans la formation des traducteurs, à savoir *la traduction* et *l'équivalence*, à partir de la rencontre d'une traductrice — l'étudiante qui écrit cette recherche — avec deux linguistes. En fait, nous proposons deux rencontres : (1) l'une remarquée par Flores (2019), entre Émile Benveniste et Roman Jakobson ; (2) l'autre d'une traductrice avec les deux linguistes. Les questions proposées sur la traduction et l'équivalence donc se sont déclenchées à partir des théoriques qui ne sont pas normalement associés aux études du cadre de la traduction : Roman Jakobson et Émile Benveniste. Ce travail souligne la nécessité de faire un recul devant les sens évidents attribués à ces concepts, étant donné que ces concepts mobilisés sont souvent pris tels que des concepts évidents et univoques. De cette façon, cette recherche vise à proposer une réflexion sur la traduction et l'équivalence à partir d'une perspective qui ne relève pas du champ de la traduction, mais de la linguistique. Tout d'abord, nous réfléchissons comment le rencontre entre ces deux linguistes est possible, en prenant en compte les concepts et les problématiques de leur théorisations. Ensuite, en ce qui concerne la seconde rencontre, celle d'une traductrice avec deux linguistes, nous proposerons une réflexion afin de penser comment cela se produit et aux possibles effets dans la pratique et dans la formation des traducteurs. Bien que ni Benveniste ni Jakobson aient porté sur la traduction dans sa théorisation en tant qu'objet de réflexion, Flores trouve une ouverture pour une discussion d'un point de vue linguistique dans ces textes, surtout parce qu'il y a des similitudes entre certaines formulations proposées par les chercheurs, en plus de l'occurrence des mots *traduction* et *équivalence*. Pour cela, nous ferons une lecture en détail des textes « Catégories de pensée et catégories de langue » (1958), de Benveniste, et « Aspects linguistiques de la traduction » (1959), de Jakobson, qui sont les deux textes sur lesquels Flores s'appuie pour proposer l'approximation théorique. Pourtant, nous proposons d'ajouter des autres textes, puisque la traduction y est évoquée explicitement, à savoir, « La forme et le sens dans le langage » (1966/1967), la note manuscrite inachevée « La langue, la traduction et l'intelligence » (2016), en plus de « Les relations de temps dans le verbe français » (1959). De cette façon, nous pensons que la discussion pourra contribuer aussi aux études du champ de la traduction qu'à la formation des traducteurs, puisque la traduction et l'équivalence seront étudiées au moyen d'une théorisation qui porte sur ces notions par le point de vue de la langue, qui n'est autre que l'objet de travail du traducteur.

Mot-clés : La traduction. L'équivalence. Linguistique. Émile Benveniste. Roman Jakobson.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Fac-símile da segunda página da nota sobre tradução | 44 |
|--|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Categorias de “ser” em Aristóteles..... | 31 |
| Quadro 2 – Transcrição das categorias de Aristóteles em termos de língua por Benveniste | 33 |
| Quadro 3 – Tempos simples, compostos e sobrecompostos do francês..... | 52 |
| Quadro 4 – Formulações de Jakobson e de Benveniste | 59 |
| Quadro 5 – Pontos de convergência entre Jakobson e Benveniste | 68 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLG – Curso de Linguística geral (1975)

PLG I – Problemas de linguística geral I (1976)

PLG II – Problemas de linguística geral II (1989)

As citações diretas do texto de Jakobson seguem o modelo recomendado pela ABNT: (Sobrenome, ano da obra, página). Além disso, entre colchetes, adicionaremos o ano de publicação do texto original. Dessa forma, a referência será formatada da seguinte maneira:

“Citação” (Sobrenome, [data de publicação do texto original] ano de publicação da edição consultada, p.).

Por exemplo:

“As línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (Jakobson, [1959] 1995, p. 69).

Diferentemente, no caso das citações da obra de Benveniste, é comum utilizar uma outra formatação. Para as citações diretas do *corpus* de Benveniste, optamos por utilizar a sigla e indicação do volume dos dois volumes do *Problemas de linguística geral*, respectivamente como PLG I e PLG II, seguido do ano de publicação na França entre colchetes, e a página. Dessa forma, adotamos a seguinte formatação da referência:

“Citação” ([data de publicação do texto na França] sigla e indicação de volume da obra, p.).

Por exemplo:

“A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento” (PLG I [1958], p. 69).

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 13 |
| 2 ROMAN JAKOBSON: SIGNIFICADO LINGUÍSTICO, TRADUÇÃO E “A EQUIVALÊNCIA NA DIFERENÇA” | 16 |
| 2.1 “ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA TRADUÇÃO” ([1959] 1995)..... | 17 |
| 3 ÉMILE BENVENISTE: REFLEXÃO LINGUÍSTICA E SIGNIFICAÇÃO NA LINGUAGEM..... | 28 |
| 3.1 “CATEGORIAS DE PENSAMENTO E CATEGORIAS DE LÍNGUA” ([1958] PLG I) | 30 |
| 3.2 “A FORMA E O SENTIDO NA LINGUAGEM” ([1966/1967] PLG II) | 38 |
| 3.3 “LA LANGUE, LA TRADUCTION ET L’INTELLIGENCE” (2016)..... | 44 |
| 3.4 “AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS” ([1959] PLG I) | 49 |
| 4 LINGUÍSTICA E TRADUÇÃO: ENCONTROS A PARTIR DE UMA LEITURA DE BENVENISTE E DE JAKOBSON NA FORMAÇÃO DE TRADUTORES | 58 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 71 |
| REFERÊNCIAS | 72 |

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Encontro Saussure-Benveniste: é assim que Claudine Normand pensa a relação entre Saussure e Benveniste, em seu texto intitulado “Saussure-Benveniste” ([2004] 2015)¹. Nele, Normand reflete sobre as relações possíveis entre os dois linguistas. Segundo ela, não se trata de um título, mas sim de um anúncio, de uma hesitação diante da relação entre os dois nomes: “há sem dúvida algo a dizer, mas como?” (Normand, 2015, p. 197).

Pouco a pouco, a autora vai desconstruindo alguns dos discursos até então proferidos sobre Saussure e Benveniste, a fim de propor a forma como ela visualiza essa relação. Alguns dizem que Saussure gerou o que veio depois, como se houvesse uma continuidade a partir dele; ou ainda que Benveniste trouxe novidades que libertaram os linguistas “presos às amarras da teoria saussuriana” (Normand, 2015, p. 197); outros mobilizam o discurso de uma influência da teoria de Saussure, que teria sido levada ao aspecto prático por Benveniste.

Após essa introdução, Normand passa a estabelecer em que termos pensará a relação Saussure-Benveniste, e a autora é pontual: ela abordará essa relação de maneira diferente. Para Normand, trata-se de pensar essa relação em termos de encontros:

Mais do que de referências, tratar-se-á de presenças: ambos se impuseram e se impõem ainda hoje para quem se interessa por linguagem. Cada um deles, mais do que revelar, levou os outros a pressentir que algo essencial estava em jogo ali, naquilo que continua sem ser consensualmente nomeado: língua, discurso, comunicação... Eles nos despertaram do sono dogmático, levantando questões que não obstante suas tentativas e todas aquelas posteriores, não estão encerradas; feridas narcísicas, teria dito Freud: nós ainda não sabemos o que fala em nós, e eles são uma das fontes dessa incerteza (Normand, 2015, p. 198).

Benveniste encontra Saussure. No entanto, não se trata de um encontro entre duas pessoas, em um mesmo espaço e tempo. Trata-se, na verdade, de um encontro teórico. Há semelhanças, há diferenças, há momentos em que Benveniste se afasta de Saussure, mas há momentos em que se aproximam também. E é justamente esse o percurso que Normand escolhe trilhar. Podemos pensar, inclusive, que um dos movimentos que os aproximam é esse de questionar os conceitos que mobilizam, de não se contentar com as evidências que temos como *linguagem* e *língua* supostamente teriam em si.

¹ O texto lido para este trabalho se trata da tradução publicada em *Convite à linguística*, de Claudine Normand, cuja edição brasileira foi organizada por Valdir do Nascimento Flores e Leci Borges Barbisan, em 2015. Originalmente publicado nos *Cahiers Ferdinand de Saussure*, o texto comparece nessa edição a pedido da própria autora: “Não sem razão, Claudine Normand determinou que encerrássemos este livro com um capítulo intitulado ‘Saussure-Benveniste’ (o hífen deve aqui ser entendido como traço de união e não de separação)” (Flores; Barbisan, 2015, p. 8). Em toda a obra, a ideia dos encontros se faz presente.

Neste trabalho, inspiramo-nos na ideia de encontro proposta por Claudine Normand, mas em outros termos. O texto de Normand nos inspirou a pensar em quantos encontros teóricos ocorrem ao longo de uma formação acadêmica, mas ousamos acrescentar um outro encontro ainda: o da autora deste trabalho com dois linguistas, a saber, Émile Benveniste e Roman Jakobson. Portanto, queremos pensar no que consistiria um encontro não somente entre esses dois linguistas, mas também o encontro de uma tradutora em formação com ambos os linguistas. Trata-se, portanto, de dois encontros, cada um à sua maneira, mas que ocorreram ao longo da formação de tradução. Acreditamos que há um impacto no fazer tradutório quando se dialoga com autores dos estudos da linguagem, não ficando restrito aos estudos do próprio campo da tradução.

Num primeiro movimento de análise, focaremos no primeiro encontro a ser pensado, que diz respeito à proposta de Flores, na obra *Problemas gerais de linguística* (2019). Nela, o autor discorre sobre diversas questões de linguagem com as quais os linguistas se deparam, além de propor uma antropologia da enunciação, um ponto de vista sobre as línguas e a linguagem a partir da condição do falante e do que ele diz a respeito dessa condição. Especificamente no capítulo “O falante e a tradução: a condição tradutória”, Flores aponta para a possibilidade de encontrar semelhanças entre algumas reflexões linguísticas de Jakobson e de Benveniste, sobretudo no que diz respeito à tradução e à equivalência tradutória. Levando em consideração que esses são os dois principais objetos de nossa reflexão, propomos começar essa discussão pensando se esse encontro é possível em termos epistemológicos, sobretudo por causa das problemáticas e dos objetos de suas teorizações. Algumas das questões levantadas são as seguintes: qual é o conceito de língua construído nessas reflexões? E o de tradução? Desenvolveremos essas respostas mais adiante.

Num segundo momento, a partir das reflexões feitas até então, pensaremos sobre o encontro de uma tradutora em formação, e que já atua profissionalmente, com dois linguistas que falaram sobre tradução. Além disso, buscamos pensar também no que esse segundo encontro contribuiu e ainda pode contribuir para a formação e prática tradutórias.

Sendo assim, este trabalho busca apresentar uma trajetória de formação enquanto tradutora a partir da reflexão de alguns conceitos que consideramos fundamentais na prática tradutória, ou seja, defenderemos a via escolhida como uma via fundamental para se pensar a tradução em uma perspectiva linguística, no contexto de formação do Bacharelado em Letras. Portanto, trata-se de um ponto de vista para pensar a tradução, sobretudo a equivalência tradutória, a partir dos estudos da linguagem.

Assim como no texto de Normand, não se trata de um trabalho construído com base em certezas e que buscaria apresentar respostas. O objetivo deste trabalho é mais singelo: trata-se de pensar em uma relação entre teóricos e uma tradutora, uma relação que trouxe dúvidas e que desconstruiu inúmeras certezas. Trata-se de uma leitura permeada por hesitações e recuos, e um posterior convite à discussão.

É importante salientar que o presente trabalho é apenas uma parte de um trabalho maior que nós estamos realizando na graduação e na pós-graduação, que busca a compreensão, pelo viés da linguística, de noções centrais da tradução. Trata-se, portanto, de um questionamento que propõe um recuo diante das evidências que podem se apresentar no uso de conceitos teóricos para pensar o encontro entre uma tradutora e dois linguistas. Acreditamos que, antes de tudo, seja fundamental recuar diante de uma aparente transparência dos conceitos mobilizados na tradução, notadamente *língua* e *equivalência tradutória*, para pensar a tradução enquanto um fenômeno, isto é, como algo próprio a língua e que permite olhar para ela, antes de pensá-la a partir de seu aspecto prático, enquanto “técnica”.

Algumas das questões que norteiam esse trabalho são: (1) O que é língua? (2) O que é equivalência tradutória? (3) É possível dizer o mesmo em duas línguas diferentes? (4) Se sim, o que é dizer o mesmo?

Para desenvolver essa discussão, primeiramente, abordaremos aspectos da vida e obra de Roman Jakobson, discutindo o texto que compõe o *corpus* de pesquisa, a saber, “Aspectos linguísticos da tradução” ([1959] 1995), conforme apontado por Flores (2019). Em seguida, faremos o mesmo em relação à vida e obra de Émile Benveniste, discutindo o texto “Categorias de pensamento e categorias de língua” ([1958] PLG I), também conforme Flores (2019). No entanto, nesse caso, adicionaremos mais três textos ao *corpus* benvenistiano, uma vez que há outros textos em que constatamos a menção à *tradução* e à *equivalência*. Portanto, discutiremos o texto “A forma e o sentido na linguagem” ([1967/1968] PLG II), pois há nele um parágrafo que menciona explicitamente a tradução; traremos também a nota manuscrita inacabada “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016), que também traz a questão da tradução, mas o colocamos na sequência por se tratar de uma fonte manuscrita; e “As relações de tempo no verbo francês” ([1959] PLG I), que menciona a tradução, mas com outra finalidade, conforme abordaremos adiante. Por fim, buscaremos propor um encontro entre tradutora e linguistas para pensar a tradução e a equivalência.

2 ROMAN JAKOBSON: SIGNIFICADO LINGUÍSTICO, TRADUÇÃO E “A EQUIVALÊNCIA NA DIFERENÇA”

“As línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar”.

(“Aspectos linguísticos da tradução”, Roman Jakobson)

Roman Jakobson, ou “homem-orquestra”, nas palavras de François Dosse², no primeiro volume da obra *História do Estruturalismo*, participou das atividades do Círculo Linguístico de Moscou e, segundo o prefácio de Izidoro Blikstein para a obra *Linguística e Comunicação*, vem daí o germe de seu pensamento linguístico. O grupo nasce “sobretudo da preocupação de jovens intelectuais russos da década de 1910-1920 com o aspecto simbólico do som na poesia” (Blikstein, 1995, p. 10). No entanto, Jakobson foi um estudioso de diversos campos, não ficando restrito à linguística.

Nascido em Moscou, em 1896, estuda no Instituto Lazarev de Línguas Orientais, da Universidade de Moscou, e realiza seu doutorado na Universidade de Praga (1930). Ainda segundo Blikstein (1995, p. 8), “Desde cedo, deixou êle bem patente a variedade e a amplidão dos seus interesses intelectuais, dedicando-se ao estudo da dialectologia e do folclore de sua pátria, e acompanhando de perto as manifestações de arte de vanguarda, notadamente do cubismo e do futurismo russo”.

Passa a lecionar na Universidade Masaryk, residindo na Tchecoslováquia de 1920 até a invasão nazista, em 1939, quando teve que se exilar na Escandinávia. Lá, leciona em diversas universidades. Em 1941, muda-se para os Estados Unidos, onde também passa a lecionar em muitas universidades, tais como Colúmbia, Harvard e Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Participou do Círculo Linguístico de Nova Iorque e da Sociedade Linguística dos Estados Unidos, em que foi eleito presidente em 1956.

Em relação à obra de Jakobson, de acordo com Blikstein (1995, p. 9), grande parte “da extensa obra de Roman Jakobson está dispersa por revistas especializadas de vários países e por volumes de elaboração coletiva”. Além da diversidade de locais de publicação, há também a diversidade de temas. De acordo com Milner, em *Le périple structural*, é possível reconhecer uma tradição do contexto universitário russo, “precisamente porque a história os manteve afastados das culturas europeias, eles tomaram uma visão de conjunto e, totalizando-as, não

² Cf. *História do estruturalismo*, v. 1: o campo do signo (Dosse, 1993).

quiseram deixar nada escapar” (Milner, 2002, p. 189, tradução nossa)³. Dessa forma, Milner também aponta para o fato de que os estudos de Jakobson não abordaram apenas a linguística.

O texto de Jakobson que compõe o *corpus* textual deste trabalho é “Aspectos linguísticos da tradução”, originalmente publicado em língua inglesa, na obra *On translation*, em 1959, pela editora Harvard University Press, e que foi organizada por R. A. Brower. Na França, foi publicado no primeiro tomo de *Essais de linguistique générale*, em 1963, pela editora Les Éditions de Minuit. Já no Brasil, o texto foi publicado como parte de uma coletânea de ensaios sobre linguística, intitulada *Linguística e Comunicação*, em 1976, pela editora Cultrix, e que abarca temas relacionados à afasia, à tradução, ao sentido.

Não adicionamos outros textos além do sugerido por Flores (2019), no que diz respeito ao *corpus* desta pesquisa, uma vez que ele é o único que menciona a tradução explicitamente. Mas há ainda uma outra questão. Optamos por não adicionar mais textos de Jakobson, porque, diante da diversidade de textos e temas, ficamos hesitantes diante das noções que cada texto encerra em si e se seria efetivamente possível aproximá-los. Nossa preocupação, portanto, é de manter um rigor epistemológico, levando em conta que Jakobson tem uma produção extensa e que engloba temáticas diversas.

Explicamos melhor. Um dos questionamentos que permeou a discussão foi o seguinte: qual é a noção de língua de Jakobson? Acreditamos que essa pergunta deve sempre acompanhar as análises feitas para que diferentes pensamentos teóricos não sejam abordados sem ter em vista as consequências teóricas que uma possível mistura de redes conceituais e epistemológicas pode acarretar, sobretudo quando se desloca objetos e conceitos de suas problemáticas iniciais. A decisão tomada foi, portanto, trabalhar a partir do recorte do texto e restringir a análise ao texto selecionado apenas, sem avançar para outros textos. Portanto, a edição consultada por nós é a tradução que consta em *Linguística e Comunicação*, na edição de 1995, publicada pela editora Cultrix. A seguir, apresentaremos uma breve retomada do texto, adicionando comentários e questões de leitura.

2.1 “ASPECTOS LINGUÍSTICOS DA TRADUÇÃO” ([1959] 1995)

“Aspectos linguísticos da tradução” é um texto de Roman Jakobson, publicado na obra *Linguística e comunicação*. No prefácio da edição brasileira, Izidoro Blikstein explica que o

³ No original: “précisément parce que l’histoire les avait tenus à l’écart des cultures européennes, ils en prirent une vue d’ensemble et, les totalisant, ils ne voulurent rien en laisser échapper”.

volume em questão reúne textos básicos de Jakobson sobre a linguística, visando apresentá-los ao leitor brasileiro.

Nesse texto, Jakobson começa discutindo sobre uma afirmação de Bertrand Russell sobre o significado. Segundo Russell, o conhecimento não linguístico de algo é necessário para que se compreenda o significado de uma palavra, ou seja, é preciso um conhecimento não linguístico para se chegar ao conhecimento linguístico. A questão está centrada na ideia de que, para conhecer a palavra “queijo”, seria necessário ter um conhecimento não linguístico de queijo.

Vamos nos deter primeiramente nessa distinção entre conhecimento linguístico e conhecimento não linguístico. Ao pensar o significado de uma palavra como a junção da palavra e de um conhecimento não linguístico, podemos pensar que a noção de língua, conforme aponta Jakobson sobre Russell, estaria em uma relação direta com a necessidade de conhecer um objeto no mundo, ou seja, um conhecimento não linguístico, que não seja da ordem da língua, para, apenas assim, entender o significado na língua. Pensamos que há aqui uma ideia de língua como rótulo de objetos no mundo.

Em seguida, Jakobson constrói sua argumentação mobilizando um preceito fundamental do próprio Russell, que é o de dar relevo “aos aspectos lingüísticos dos problemas filosóficos tradicionais” (Russell, 1950, p. 3 apud Jakobson, [1959] 1995, p. 63). Assim, Jakobson argumenta o seguinte:

Contra os que atribuem o significado (*signatum*) não ao signo, mas à própria coisa, o melhor argumento e o mais veraz seria dizer que ninguém jamais sentiu o gosto ou cheiro do significado de *queijo* ou de *maçã*. Não há *signatum* sem *signum*. O significado da palavra “queijo” não pode ser inferido de um conhecimento não-lingüístico do *roquefort* ou do *camembert* sem a assistência do código verbal (Jakobson, [1959] 1995, p. 63-64, grifos do autor).

Portanto, conhecer o significado não implica necessariamente conhecer a própria coisa no mundo. O significado da palavra não está relacionado ao objeto no mundo, já que ele não é alcançado sem a assistência da língua. Isso coloca já um questionamento bastante interessante: será que, em algum momento, temos contato diretamente com objetos no mundo sem a presença da língua? A partir da discussão de Jakobson, podemos pensar que não.

Retornando ao texto, Jakobson afirma, então, que o significado de uma palavra é um fato de língua, ou, de modo mais preciso, um fato semiótico. A nosso ver, Jakobson desloca a reflexão do significado linguístico de uma relação entre objeto e língua para pensá-lo no seio do próprio sistema linguístico.

Dessa forma, alcançamos o significado linguístico por meio dos outros signos que compõem o sistema da língua: “Será necessário recorrer a toda uma série de signos lingüísticos

se se quiser fazer compreender uma palavra nova” (Jakobson, [1959] 1995, p. 64). Ou seja, chega-se ao significado de um signo por meio de outros, não pelo reconhecimento do objeto no mundo.

É em meio a essa reflexão que a *tradução* surge. De acordo com Jakobson,

Para o linguista como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo lingüístico não é mais que sua *tradução* por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo “no qual êle se ache desenvolvido de modo mais completo”, como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos (Jakobson, [1959] 1995, p. 64, grifo nosso).

A tradução de que fala Jakobson aqui não seria a tradução comumente vista como a transposição de um escrito de uma língua para outra, mas sim como um funcionamento próprio do sistema da língua. Além disso, é interessante que ele pontua desde o início que essa tradução ocorre tanto para o linguista como para o usuário comum das palavras, ou seja, não é algo restrito àqueles que se propõem a pensar teoricamente sobre a língua ou sobre tradução, mas sim a todos, inclusive ao linguista que também é falante de uma língua. Portanto, traduzir é interpretar signos por meio de outros signos, é chegar ao significado de uma palavra pela própria língua.

A partir disso, Jakobson elabora a classificação dos tipos de tradução, que são as três maneiras de interpretar um signo verbal: a intralingual, a interlingual e a intersemiótica. Passaremos por cada um deles.

A tradução intralingual ou *reformulação* é a interpretação dos signos verbais por meio de signos da mesma língua. Para Jakobson, “a tradução intralingual de uma palavra utiliza outra palavra, mais ou menos sinônima, ou recorre a um circunlóquio”. Nesse primeiro tipo, portanto, a interpretação do significado de um signo verbal se dá na mesma língua. Um exemplo muito simples pode ser quando buscamos uma palavra no dicionário. Por meio de outras palavras, buscamos compreender o significado daquela que desconhecemos.

Ao explicar sobre a tradução intralingual a questão da equivalência já aparece. Jakobson ([1959] 1995, p. 65) discorre que “via de regra, quem diz sinonímia não diz equivalência completa” e utiliza o exemplo da palavra “solteiro” e “celibatário”. Pode-se dizer que “todo celibatário é solteiro, mas nem todo solteiro é celibatário” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65). E conclui: “Uma palavra ou um grupo idiomático de palavras, em suma, uma unidade de código do mais alto nível, só pode ser plenamente interpretada por meio de uma combinação

equivalente de unidades de código, isto é, por meio de uma mensagem referente a essa unidade de código”⁴ (Jakobson, [1959] 1995, p. 95).

As palavras podem ter significados parecidos, mas isso não quer dizer que haverá uma equivalência completa dos significados. Apenas um breve comentário: se a discussão fosse conduzida em termos saussurianos, a noção de *valor linguístico* poderia amparar essa reflexão, uma vez que um signo é o que o outro não é. Sendo assim, nunca haveria de que existissem dois signos completamente iguais dentro do sistema linguístico.

O segundo tipo de interpretação do signo verbal é introduzido ainda sob a perspectiva da equivalência, que, em uma visão comum, é pensada em termos de equivalência completa entre unidades de código. Contudo, para Jakobson, não é possível haver equivalência completa. A tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* é a interpretação de um signo verbal entre duas línguas diferentes. Ou seja, esse traduzir enquanto modo de interpretação de signos verbais engloba a noção de tradução que comumente se tem, entre línguas, mas não se encerra nela. Ainda segundo Jakobson, no que diz respeito à equivalência, também na tradução interlingual “não há comumente equivalência completa entre as unidades de código, ao passo que as mensagens podem servir como interpretações adequadas das unidades de código ou mensagens estrangeiras” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65). O exemplo dado por Jakobson é o da palavra “queijo”, palavra que já foi mobilizada no começo do texto. A palavra “queijo”, se traduzida para o russo, é *syr*⁵, mas isso não significa que sejam equivalentes unívocos, uma vez que, em russo, só é *syr* se for usado fermento nesse alimento. Em outras palavras, a gama de significados entre as duas línguas não será simetricamente a mesma.

Para o linguista, quando se traduz de uma língua para outra, não há uma substituição de unidades de códigos separadas, mas sim de mensagens inteiras. E ele adiciona: “Tal tradução é uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65). Ou seja, não traduziríamos unidades de código isoladas, mas sim uma mensagem. Dessa forma, Jakobson conclui que “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65).

O último caso de tradução, antes de passarmos para uma análise geral da discussão, é o da tradução intersemiótica ou *transmutação*, que é a interpretação dos signos verbais utilizando

⁴ Esses termos, a saber, “código” e “mensagem”, são mencionados em outro texto de Jakobson, “Shifters, verbal categories, and the Russian verb” (1971), em que a tradução é também mencionada. Não retomaremos o texto aqui por causa da seleção do *corpus*.

⁵ Não poderíamos deixar de agradecer o auxílio e interlocução com a tradutora e, acima de tudo, grande amiga, Louise Bassini Pinto de Oliveira, para a compreensão do exemplo dado por Jakobson em língua russa.

sistemas de signos não verbais. Um exemplo possível é o da uma adaptação cinematográfica de uma obra literária ou ainda uma adaptação musical de um poema.

De fato, se olharmos apenas para os termos no texto de Jakobson enquanto palavras deslocadas de uma reflexão, podemos nos deixar levar por uma suposta evidência de que traduzir significa passar um signo de uma língua para outra, traduzir a entrada lexical *fromage* do francês para a entrada lexical “queijo” do português brasileiro, como se fossem meros rótulos. Na verdade, o que Jakobson está discutindo é que não se trata de meros rótulos em uma língua. Além disso, encontramos uma reflexão que vai além: a tradução é vista enquanto maneira de interpretar um signo verbal, ou seja, enquanto uma operação que ocorre dentro do linguístico, ou seja, como algo próprio das línguas e da linguagem, seja ela verbal ou não verbal. Sendo assim, a tradução entre línguas se configura como apenas *uma* das formas, não *a única* forma.

Esse apontamento nos possibilita pensar uma outra coisa ainda: a tradução pode ser, sim, vista a partir de uma ideia de técnica, mas não pode ser reduzida exclusivamente ao aspecto técnico. Em outras palavras, é válido pensar nas operações que o tradutor faz ao traduzir, como sugere Oustinoff (2011) ao abordar a reformulação, transposições e modulações⁶. No entanto, há algo muito interessante a ser desenvolvido: se podemos traduzir dentro de uma mesma língua, entre línguas diferentes ou ainda entre sistemas verbais e não verbais, isso pode ser visto como algo inerente às línguas, que é a capacidade que se tem de compreender os significados por meio de outros signos verbais.

A formulação que nos interessa neste trabalho faz parte da discussão realizada após a tradução interlingual. Além de pensar que não há equivalência completa entre as unidades de código, ou língua, e que se traduz mensagens inteiras e não unidades isoladas, Jakobson aponta para a questão da equivalência na diferença. A tradução envolve equivalência e diferença, por

⁶ Em *Tradução: história, teorias e métodos* (2011), Oustinoff define algumas operações que são realizadas pelo tradutor. A *reformulação* é definida pelo autor em termos de “re-enunciação”, uma vez que podemos traduzir um enunciado por outro em uma mesma língua, o que ele remete à tradução interlingual de Jakobson. Reformular é conseguir ultrapassar “uma tradução termo a termo” (Oustinoff, 2011, p. 75), no sentido de compreender o enunciado e poder reformulá-lo de diferentes maneiras. Já as *transposições* e *modulações* são definidas a partir de Vinay e Darbelnet: a transposição é uma recategorização, que consiste em “substituir uma categoria gramatical por outra” (Oustinoff, 2011, p. 81), que exemplifica pela tradução do substantivo “wave” do inglês, em “the wave of light” [a onda de luz], para o adjetivo “vacillante”, em “la lumière vacillante” [a luz bruxuleante], do francês. As modulações, ou “as mudanças de ponto de vista” (Oustinoff, 2011, p. 84), em que os significados se implicam de maneira recíproca. Em seu exemplo, a frase “The islands had been the **scene** of several attacks” [As ilhas foram o cenário de vários ataques] foi traduzida do inglês para o francês “Ces îles avaient été le **théâtre** de plusieurs attaques” [Essas ilhas haviam sido o palco de vários ataques]. Nele, há uma relação de parte com o todo entre “scene” e “théâtre”, mas poderia a inversão do passivo pelo ativo, mudança de símbolo, entre outras.

mais paradoxal que pareça, já que traduzir “envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65), recuperando o trecho anteriormente citado.

Sendo assim, para Jakobson, “A equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Lingüística” (Jakobson, [1959] 1995, p. 65). Na ciência da linguagem, todo espécime linguístico é interpretado pela tradução de seus signos em outros que pertencem ou não a outro sistema. É interessante que Jakobson situa a discussão da tradução na ciência linguística, justamente porque a tradução envolve o linguístico e permite ver o funcionamento da língua, não restringindo a uma “técnica”, a algo que é feito *pela* língua, mas sim *na* língua e que lhe é próprio. Quando se pensa na comparação entre línguas, uma das questões que surgem é justamente a da possibilidade de tradução, e, por isso, a tradução deve ser objeto da ciência linguística de acordo com Jakobson. A nosso ver, isso demonstraria que não há uma separação entre linguística e tradução de forma tão enfática como se vê em alguns momentos. É comum pensar, por exemplo, na equivalência tradutória como algo específico da tradução e como um problema a ser resolvido em termos de glossários e correspondentes, como quando traduzimos um termo especializado da psicanálise, *la cure*, como “o tratamento”. Dessa forma, estaríamos diante de uma tradução de uma palavra para outra, como se fossem elementos isolados em uma língua, quando, na verdade, o que está em jogo aqui é algo que vai além: são as relações entre os signos de uma língua e cujos valores são particulares a cada sistema, sendo necessário colocá-los em relação com os valores do outro sistema caso seja uma tradução entre línguas diferentes⁷.

O outro extremo, o da impossibilidade da tradução, é normalmente utilizado como uma solução para “cortar o nó górdio, proclamando o dogma da impossibilidade da tradução” (Jakobson, [1959] 1995, p. 66). Nesse momento, Jakobson cita B. L. Whorf, para quem os fatos são diferentes a depender da formação linguística fornecida para que o falante expresse tais fatos. Além disso, cita algumas discussões realizadas nos primeiros anos da revolução russa, nas quais se sugeriu uma revisão da linguagem tradicional. Por exemplo, os usos de “nascer” e “pôr” do sol seriam empregos errados, mesmo após a revolução realizada por Copérnico na astronomia. No entanto, Jakobson explica que empregamos essas formulações sem que isso implique a rejeição da doutrina de Copérnico:

[...] continuamos a empregar essa imaginária ptolemaica, sem que isso implique a rejeição da doutrina copernicana; e é fácil, para nós, passar de nossas conversações

⁷ Limitamos essa discussão sobre a tradução do exemplo da psicanálise por questões de delimitação do nosso tema. No entanto, pode-se conduzir essa reflexão para a epistemologia, sobre as diferenças entre *palavra* e *termo*, por exemplo. Cf. “Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos”, de Louis Althusser, publicado em *Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar* (2017).

costumeiras sôbre o Sol nascente ou poente à representação da Terra, pura e simplesmente porque qualquer signo pode ser traduzido num outro signo em que êle se nos apresenta mais plenamente desenvolvido e mais exato (Jakobson, [1959] 1995, p. 66-67).

Falamos em “nascer” e “pôr” do sol, mesmo que cientificamente tenha sido provado que o sol não nasce ou se põe. Dessa forma, Jakobson demonstra que a língua não é um reflexo da realidade.

Na sequência, Jakobson aborda uma outra questão que faz parte das línguas: a faculdade metalinguística. Segundo ele, “A faculdade de falar determinada língua implica a faculdade de falar acêrca dessa língua” (Jakobson, [1959] 1995, p. 67). Falamos da língua e a utilizamos para isso. Eis, portanto, outra especificidade da língua: além de o significado se dar a partir da interpretação de um signo por outro, como dito anteriormente, é possível falar sobre a própria língua a partir dela mesma. Então, não haveria impedimentos para que se traduza uma experiência cognitiva por meio da língua, por exemplo. Sobre isso, Jakobson discorre que “Tôda experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente. Onde houver uma deficiência, a terminologia poderá ser modificada por empréstimos, calcos, neologismos, transferências semânticas e, finalmente, por circunlóquios” (Jakobson, [1959] 1995, p. 67). Por exemplo, Jakobson menciona uma língua literária dos Chunkchees, do nordeste da Sibéria, em que “parafuso” é expresso por “prego giratório, e “aço”, por “ferro duro”. A ausência de uma palavra ou expressão específica não impossibilita a tradução de um significado.

O mesmo ocorre em relação aos processos gramaticais. A ausência de um processo gramatical não leva diretamente à impossibilidade de uma tradução. Mais exatamente, nos termos de Jakobson, “A ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original” (p. 67). Jakobson exemplifica esse caso com as preposições “and” [e], “or” [ou], “and/or” [e/ou]. Enquanto essa última se juntou ao inglês posteriormente e coexiste com as duas primeiras, em uma língua samoieda, a terceira é a única que existe. Contudo, isso não impossibilita a tradução em inglês, samoiedo e, após adição do tradutor do texto, em português. Ficaria mais ou menos dessa forma em português: (1) João e Pedro virão; (2) João ou Pedro virá; (3) João e/ou Pedro virão. Já em Samoiedo, teríamos (1) João e Pedro virão ambos; (2) João e/ou Pedro, um dos dois virá.

A inexistência de uma categoria pode ser resolvida por meios lexicais, mas, segundo Jakobson, isso dificulta a fidelidade ao texto original. Apenas uma observação: nos estudos da

tradução, a fidelidade é uma noção geralmente associada à noção de equivalência tradutória. Em estudos futuros, essa é uma discussão que queremos.

Em seguida, Jakobson menciona Boas. Ele discorre que, “Como Boas observou finamente, o sistema gramatical de uma língua (em oposição a seu estoque lexical) determina os aspectos de cada experiência que devem obrigatoriamente ser expressos na língua em questão” (Jakobson, 1995, p. 68). A depender da língua, as informações que serão requeridas por cada sistema gramatical podem diferir em relação à outra. Jakobson desenvolve essa discussão a partir de um exemplo de tradução da frase “I hired a worker”. Quando se traduz essa frase do inglês para o russo, algumas questões são colocadas: (a) a ação foi completada ou não? (b) trata-se de um operário ou de uma operária? No entanto, na língua inglesa, essas questões não são colocadas. No português brasileiro, aconteceria o mesmo que no russo. Jakobson explica, assim, que nos deparamos com conjuntos totalmente diferentes de escolhas binárias, já que “a informação requerida pelos sistemas gramaticais do russo e do inglês é dessemelhante” (Jakobson, [1959] 1995, p. 69).

Dessa forma, o que está em jogo não é a impossibilidade de tradução, mas sim como deve ser traduzido, já que, segundo Jakobson, “As línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (Jakobson, [1959] 1995, p. 69). Esse trecho que acabamos de citar já havia sido apontado, em aula, pelo professor Valdir do Nascimento Flores, como possibilidade de aproximação com as formulações de Benveniste. Cada língua requer escolhas binárias específicas, como foi mencionado anteriormente. Traduzir “I hired a worker” para o português brasileiro implica uma especificação de gênero, por exemplo. Ou seja, podemos traduzir, mas isso vai depender de como essas relações se darão na outra língua, no caso da tradução entre línguas diferentes.

Para Jakobson, a linguagem, em sua função cognitiva, depende pouco do sistema gramatical, “porque a definição de nossa experiência está numa relação complementar com as operações metalingüísticas — o nível cognitivo da linguagem não só admite mas exige a interpretação por meio de outros códigos, a recodificação, isto é, a tradução” (Jakobson, [1959] 1995, p. 70). Dessa forma, em uma relação linguagem e pensamento, a definição da experiência não vai ocorrer somente a partir do sistema gramatical, mas também pela tradução, que, não esqueçamos, é a interpretação do significado de um signo verbal por meio de outros signos, verbais ou não verbais. Há, portanto, uma relação entre expressar a experiência cognitiva e a faculdade de falar sobre a língua. Usamos os signos para chegar ao significado de outro e isso está associado à faculdade metalingüística, pelo fato de que falamos uma língua e falamos sobre ela.

É importante pontuar que a interpretação de que fala Jakobson não é vista em um sentido hermenêutico, de busca do sentido, mas sim da compreensão dos significados da língua por meio dos outros signos, como um fato semiótico.

E Jakobson vai argumentar sobre a não redução ao aspecto puramente formal da língua, utilizando a categoria do gênero gramatical como exemplo. Ele discute sobre os obstáculos que essa categoria colocou para a tradução de poemas. Por exemplo, há uma influência do gênero gramatical da palavra na hora de personificá-la ou de interpretá-la metaforicamente. Em línguas eslavas, em que a palavra “dia” é masculina e a palavra “noite” é feminina, é comum que se represente o dia como o amante da noite. O fato de que a morte é representada como um homem velho em alemão (*der Tod*, masculino) pode surpreender os russos (*smert'*, feminino), já que a morte não é representada como uma mulher, uma vez que, no russo, essa palavra é feminina.

A partir dessa discussão, já se encaminhando para o final do texto, Jakobson discute a tradução de poesia:

Em poesia, as equações verbais são elevadas à categoria de princípio construtivo do texto. As categorias sintáticas e morfológicas, as raízes, os afixos, os fonemas e seus componentes (traços distintivos) — em suma, todos os constituintes do código verbal — são confrontados, justapostos, colocados em relação e contigüidade de acôrdo com o princípio de similaridade e de contraste, e transmitem assim uma significação própria. A semelhança fonológica é sentida como um parentesco (Jakobson, [1959] 1995, p. 72).

O caso da poesia apresenta algumas especificidades. Nesse caso, o aspecto formal também constitui o significado, diferentemente das outras traduções, em que Jakobson aponta sobretudo para a mensagem. Pode-se pensar que, aqui, a significação do código e da relação entre essas formas traz uma significação própria, que não necessariamente teria a primazia da mensagem, para seguir usando os termos do linguista. É na poesia, portanto, que reside o intraduzível, ou seja, a impossibilidade da tradução, para Jakobson, uma vez que ela possui uma forma própria de significação. Ainda de acordo com Jakobson, só é possível uma “transposição criativa: transposição intralingual — de uma forma poética a outra —, transposição interlingual ou, finalmente, transposição inter-semiótica — de um sistema de signos para outro, por exemplo, da arte verbal para a música, a dança, o cinema ou a pintura” (Jakobson, [1959] 1995, p. 72). Sendo assim, o único caso de intraduzibilidade é o da poesia, em que ocorre transposição.

Jakobson encerra o texto com uma fórmula tradicional de uma epigrama italiana: “Traduttore, traditore”. Se fossemos traduzir essa epigrama rimada do italiano, perderia-se um pouco o seu valor de trocadilho. Uma atitude cognitiva obrigaria algumas mudanças para responder perguntas específicas: “tradutor de que mensagens? traidor de que valores?”

(Jakobson, [1959] 1995, p. 72). O linguista conclui seu texto retomando, de forma bastante sucinta, toda a discussão que fez até então: cada língua tem suas especificidades. É interessante que tenha retomado justamente um trocadilho que coloca uma palavra tão forte como “traidor” ao lado de “tradutor”, uma vez que não são raras as vezes em que o tradutor é cobrado sobre a fidelidade ao texto, como se uma mudança fosse uma traição, uma infidelidade ao texto original, não se questionando sobre as questões linguísticas em jogo nessas mudanças.

O texto de Jakobson não aborda única e exclusivamente a tradução entre línguas diferentes, que é como normalmente se pensa. Flores (2019) já alerta para a necessidade de que, em primeiro lugar, o texto seja lido buscando responder uma pergunta “aparentemente óbvia”: “quais são os aspectos linguísticos da tradução determinados por Jakobson?” (Flores, 2019, p. 215). Esse questionamento aparece diante da necessidade de que a classificação triádica dos três tipos de tradução não seja deslocada de seus conceitos e problemática iniciais, já que essa classificação, “deslocada do seu contexto teórico, adquiriu contornos excessivamente redutores” (Flores, 2019, p. 215). Portanto, não se trata de uma mera classificação para fins didáticos. Trata-se, na verdade, de uma classificação para compreender um fenômeno interno à própria língua.

Ao ler o texto, é preciso se questionar e se manter sempre atento ao fato de que “tradução”, “interpretação” e “equivalência” são noções específicas dentro do contexto conceitual e teórico em que são formuladas. É preciso ter um cuidado para não as tomar por seus significados usuais ou dicionarizados. Novamente, retornamos para a necessidade de se questionar sobre as aparentes evidências, o que parece tão óbvio e transparente e que passa a ser tomado como um dado unívoco. Acreditamos que esse cuidado não deva ficar restrito à tradução e aos estudos aqui propostos, mas que deve, na verdade, ser uma atitude constante no fazer teórico. Acreditamos que se trata de uma tarefa do pesquisador.

Voltando para Jakobson, a nosso ver, a “tradução” parece ser algo inerente à própria língua e não um procedimento externo a ela, feito a partir dela. Traduzir é interpretar os signos por meio de outros. Tudo ocorre, portanto, no interior do sistema semiótico, entre sistemas semióticos distintos ou ainda entre sistemas de naturezas diferentes, como entre sistemas verbais e não verbais. A tradução tal como conhecemos, entre duas ou mais línguas diferentes, é apenas uma das possibilidades, a “tradução propriamente dita” (Jakobson, 1995, p. 65). O mesmo ocorre com a “interpretação”, que não se reduz a uma interpretação de busca de sentido, de um sentido que estaria já posto no texto e que seria o sentido pensado pelo autor, que precisaria ser encontrado pelo leitor-tradutor.

Embora a reflexão de Jakobson não tome como objeto teórico único e exclusivo a tradução interlingual, ela oferece subsídios para uma reflexão linguística sobre o próprio fazer do tradutor, mencionando a equivalência, que também é uma questão com a qual o tradutor se depara diversas vezes. Mais adiante retomaremos algumas passagens do texto e faremos algumas reflexões pensando sobre a tradução e a equivalência tradutória.

3 ÉMILE BENVENISTE: REFLEXÃO LINGUÍSTICA E SIGNIFICAÇÃO NA LINGUAGEM

“É o que se pode *dizer* que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito”.
 (“Categorias de língua e categorias de pensamento”, Émile Benveniste)

Neste trabalho, propomos refletir teoricamente sobre a tradução, especificamente sobre a equivalência tradutória, também a partir dos estudos de Émile Benveniste. É importante ressaltar que a tradução não é objeto das teorizações do linguista, embora ela seja mencionada de forma explícita e breve em dois textos — “A forma e o sentido na linguagem” ([1966/1967] PLG II) e a nota manuscrita inacabada “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016).

No entanto, acreditamos que a presença da tradução como um operador na teorização linguística de Benveniste (Hoff, 2018) permite uma reflexão sobre a tradução. Segundo Hoff, a tradução está bastante presente nas teorizações de Benveniste e “desempenha um papel operacional nas análises de Benveniste. Ela atua como um instrumento que opera nas análises benvenistianas para dar a ver as questões de natureza variada que interessavam ao linguista” (Hoff, 2018, p. 143).

Além disso, não podemos deixar de mencionar que Benveniste traduziu, por exemplo, manuscritos sogdianos para o francês — *Textes sogdiens* (1940) e *Vessantara Jataka* (1946). Dessa forma, há indícios de que a tradução não passou despercebida por ele, embora seu ponto de vista teórico seja o de um linguista e não o de um teórico do campo dos estudos da tradução. Em outras palavras, Benveniste traduziu alguns textos, utilizou a tradução como operador de sua reflexão linguística, mas não a tomou como objeto teórico principal, como é o caso dos estudiosos da tradução.

Émile Benveniste, nascido Ezra Benveniste, na Síria, em 1902, é, segundo Milner, uma das principais figuras do estruturalismo e o que menos falou de si próprio:

Não que sua vida não tenha sido atravessada por acontecimentos. Certos deles são conhecidos e, para além de uma carreira que teve um início fulgurante, a maior parte desses eventos são infelizes: a revogação do ensino público, em 1940, por ser judeu (ele havia sido eleito para o Collège de France, em 1937); a perda de seus trabalhos científicos durante a Ocupação (nunca chegou a reconstituí-los completamente); a deportação e a morte de seu irmão mais velho (ele próprio foi prisioneiro de guerra,

depois de ter evadido, passou a viver na Suíça); a doença; a solidão, que só se aliviou tardiamente; a afasia definitiva, em 1969 (Milner, 2002, p. 121, tradução nossa)⁸.

Alguns dados sobre sua formação estão disponíveis em uma biobibliografia publicada na obra *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. Nela, há informações que podem indicar uma presença muito forte das línguas nos estudos de Benveniste⁹, sendo chamado de “o linguista das línguas”, por Barthes ([1974] 2012, p. 211).

Com apenas 11 anos, Benveniste foi contemplado com uma bolsa de estudos, na Aliança Israelita Universal (AIU), mudando-se para a França. Era aluno interno da escola rabínica, na Rua Vauquelin, n. 9.

Em 1918, realiza o exame final de ensino médio francês, o *Baccalauréat*, e recebe conceito “regular” I em línguas. Benveniste deixa a escola rabínica e busca um trabalho como professor-auxiliar. No mesmo ano, ingressa no ensino superior, na *École Pratique des Hautes Études* (EPHE) e, entre os anos de 1919 e 1920, recebe o diploma universitário em Letras. Ainda em 1920, recebe o diploma de Estudos Superiores com o trabalho “Les futurs et subjunctifs sigmatiques du latin archaïque”, sob a orientação de Joseph Vendryes.

Já em 1922, ele entra para a *École des Langues Orientales* e passa no concurso de habilitação para o ensino secundário e universitário, “a *Agrégation* de gramática” (Benveniste, 2014, p. 24).

Até então Benveniste tinha um visto de permanência com direitos civis na França. Naturaliza-se francês somente em 1924, mudando seu nome de Ezra para Émile.

Benveniste sucede a Antoine Meillet na cátedra de Gramática Comparada em dois momentos: de 1927 a 1969, na *École Pratique des Hautes Études*, e em 1937, no *Collège de France*. Atua como secretário da *Société Linguistique de Paris* (1956), e, após um primeiro infarto, retorna de 1959 a 1970. Em 1960, é eleito membro do *Institut de France*, *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*. Atua como diretor do *Institut d’Études Iranienne*s da Universidade de Paris (1963) e como diretor da *Revue d’Études Arméniennes* (1964). Entre os meses de agosto e setembro de 1968, ele preside o primeiro Simpósio Internacional de

⁸ No original: “Certains sont connus et, hormis une carrière aux débuts fulgurants, la plupart sont malheureux : la révocation de l’enseignement public en 1940, pour appartenance à la race juif (il avait été élu au Collège de France en 1937) ; la perte de sa documentation scientifique durant l’Occupation (il ne parvint jamais à la reconstituer complètement) ; la déportation et la mort de son frère aîné (lui-même fut prisonnier de guerre, puis s’étant évadé, parvint à passer en Suisse ; la maladie ; la solitude ; qui ne s’alléga que tardivement ; l’aphasie définitive en 1969”.

⁹ Sobre a reflexão da teoria da linguagem de Benveniste a partir de diferentes línguas, cf. a tese de doutorado de Sara Luiza Hoff (2023). Nela, a pesquisadora dá um panorama de quantas línguas Émile Benveniste mobilizou em todos os materiais aos quais ela pôde ter acesso.

Semiótica, em Varsóvia. Em 1969, passa a ser o primeiro presidente da recém-criada Associação Internacional de Semiótica.

O ano de 1969 também é marcado pelo AVC sofrido por Benveniste, que o paralisa e o priva da fala. Os últimos anos da vida do linguista se prolongam dessa forma, até 1976, quando falece em Versalhes.

Em relação à obra, de acordo com Flores (2013), sabe-se que Benveniste escreveu “18 livros, quase 300 artigos e 34 comunicações, entre outras publicações”. Além disso, pontua que a obra de Benveniste não pode ser reduzida ao que se chama hoje de teoria enunciativa, já que esse conjunto “contempla uma infinidade de temas que vão desde o estudo de aspectos da linguística geral, fenômenos diacrônicos, sintáticos, lexicais, culturais, até temas que testemunham uma verdadeira interação com as áreas conexas aos estudos da linguagem” (Flores, 2013, p. 22), tais como filosofia, psicanálise e sociologia.

O percurso adotado para esse trabalho será o seguinte: inicialmente, revisitaremos o “Categorias de pensamento e categorias de língua”, texto no qual Flores (2019) aponta uma semelhança de formulação quando comparado com o texto de Jakobson. Em seguida, traremos também mais três textos de Benveniste que adicionamos ao *corpus* textual desta pesquisa. São eles “A forma e o sentido na linguagem” ([1967] PLG II), a nota manuscrita e inacabada “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016) e “As relações de tempo no verbo francês” ([1959] PLG I), textos em que a tradução é explicitamente mencionada.

3.1 “CATEGORIAS DE PENSAMENTO E CATEGORIAS DE LÍNGUA” ([1958] PLG I)

O texto “Categorias de pensamento e categorias de língua” foi publicado inicialmente em uma revista de filosofia, *Les études philosophiques*, em 1958. Posteriormente, foi publicado também no volume I dos *Problemas de linguística geral*.

Benveniste abre esse texto falando que os usos que se faz da língua são muitos e variados, usos esses “cuja enumeração deveria ser coextensiva a uma lista das atividades nas quais se pode empenhar o espírito humano” (PLG I, p. 68). No entanto, mesmo diante dessa diversidade, há dois caracteres em comum entre esses usos: (1) exceto quando se faz um estudo linguístico, a realidade da língua permanece inconsciente, já que não se tem tanta consciência das operações que são realizadas ao falar; (2) embora as operações do pensamento sejam abstratas ou particulares, elas recebem expressão na língua. E Benveniste prossegue: “Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos” (PLG I, p. 68). Segundo o linguista, é dessa convicção que nasce a ideia de que pensar e falar são duas atividades distintas e que se unem

apenas pela necessidade de comunicação. Dessa forma, falar e pensar seriam duas coisas completamente independentes uma da outra.

De fato, emprega-se a linguagem¹⁰ para transportar [*convoyer*] “o que queremos dizer”, ou “o que temos no espírito”, ou ainda “o nosso pensamento” (PLG I, p. 68-69). Mas, segundo Benveniste, é difícil definir, em si mesmo, o que seria exatamente o “conteúdo de pensamento”. Esse conteúdo recebe forma *da e na* língua, sendo impossível dissociá-lo dela. Problematizando essa separação, Benveniste pontua:

Enfim, esse conteúdo deve passar pela língua e tomar-lhe os quadros. De outro modo, o pensamento se reduz, se não a nada, pelo menos a algo de tão vago e de tão indiferenciado que não temos nenhum meio de apreendê-lo como “conteúdo” distinto da forma que a língua lhe confere. A forma linguística é, pois, não apenas a condição de transmissibilidade mas primeiro a condição de realização do pensamento (PLG I, p. 69).

É interessante que essa formulação não é tão diferente daquela que abre a nota manuscrita sobre tradução. Retomamos: “Sem a linguagem, disse Saussure, o espírito seria apenas um magma...” (Benveniste, p. 37, tradução nossa)¹¹. Ou seja, não há conteúdo de pensamento acessível antes do aparecimento da linguagem, se é que algo se forma antes do aparecimento da linguagem.

No entanto, Benveniste aponta que constatar que linguagem e pensamento são solidários e mutuamente necessários não diz nada sobre a forma pela qual são solidários e a razão dessa necessidade mútua. Há aqui, mais uma vez, o movimento de se questionar sobre as constatações. Não basta afirmar, é preciso pensar sobre o que foi constatado, pensar, no caso de Benveniste, em termos de linguagem e língua.

A primeira coisa que Benveniste afirma é que a relação entre linguagem e pensamento não é simétrica. Para estabelecer essa relação, dizer que uma é continente e a outra, conteúdo, seria, contudo, simplificar a questão. Não é como se a língua fosse um recipiente que recebe essa matéria, o pensamento.

O questionamento de Benveniste vai na seguinte direção: “Podemos descrever a língua em si mesma” (PLG I, p. 70). Um pouco antes, ele explica que “essa língua configura-se no seu conjunto e enquanto totalidade. É, além do mais, organizada como combinação de ‘signos’ distintos e distintivos suscetíveis de decompor-se em unidades inferiores ou de agrupar-se em unidades complexas” (PLG I, p. 69). E continua: “Essa grande estrutura, que encerra estruturas menores e de muitos níveis, dá a sua forma ao conteúdo do pensamento” (PLG I, p. 69). Há uma definição de língua e uma reflexão sobre sua articulação e funcionamento internos,

¹⁰ Utilizamos “linguagem” na retomada do texto de Benveniste por ser o termo que ele emprega. No entanto, acreditamos se tratar de “língua”, já que Benveniste fala sobre a apropriação da língua, não da linguagem.

¹¹ No original: “Sans le langage, a dit Saussure, l’esprit ne serait qu’un magma...”.

enquanto sistema. Contudo, seria possível fazer o mesmo em relação ao pensamento? Será que há traços exclusivos do pensamento que poderiam ser identificados para, só então, ver como se ajustam à língua e de que natureza são suas relações?

Para conduzir essa reflexão, o linguista aborda a questão a partir das “categorias”. Segundo Lalande, em Aristóteles, as categorias são predicados da proposição, ou ainda, as “diferentes classes de predicados que se podem afirmar de um sujeito qualquer” (Lalande, 1993, p. 141). Essa é a noção de categoria mobilizada por Benveniste para refletir sobre características que seriam próprias do pensamento, justamente por haver uma discordância no caso de serem categorias de pensamento ou categorias de língua. As diferenças seriam as seguintes: o pensamento tem mais liberdade para especificar suas categorias, instaurar outras novas, o que não é o caso da língua, que não pode ser mudada pelo capricho do falante; é possível pretender categorias universais no caso do pensamento, mas isso não se aplica ao caso da linguagem, uma vez que as categorias linguísticas são sempre categorias de uma língua particular. Isso poderia levar a pensar na superioridade e independência do pensamento.

Para desenvolver sua reflexão, Benveniste mobiliza as categorias de Aristóteles: “Precisamos entrar no concreto de uma situação histórica, escutar as categorias de um pensamento e de uma língua definidos” (PLG I, p. 70). Dessa forma, evitam-se especulações ou que se pense o problema em termos tão gerais. Apesar de tomar as categorias da filosofia aristotélica, Benveniste explica que não irá se preocupar com a tecnicidade da área, considerando-as “simplesmente como o inventário das propriedades que um pensador grego julgava predicáveis a um objeto, e conseqüentemente como a lista dos conceitos *a priori* que, segundo ele, organizavam a experiência” (PLG I, p. 70-71).

Após esse aviso, Benveniste passa para as categorias, retomando o texto de Aristóteles. Para facilitar a leitura, faremos abaixo uma adaptação das categorias (Quadro 1):

Quadro 1 – Categorias de “ser” em Aristóteles

| Categoria | Significado da expressão |
|------------------|---------------------------------|
| <i>οὐσία</i> | Substância |
| <i>Ποσόν</i> | Quantidade |
| <i>Ποιόν</i> | Qualidade |
| <i>πρός τι</i> | Relação |
| <i>ποῦ</i> | Lugar |

| | |
|----------------|------------------|
| <i>Ποτέ</i> | Tempo |
| <i>κεῖσθαι</i> | Estar em posição |
| <i>ἔχειν</i> | Estar em estado |
| <i>ποιεῖν</i> | Fazer |
| <i>Πάσχειν</i> | Sofrer |

Fonte: Adaptado de PLG I (p. 71-74)

A primeira categoria, *οὐσία*, responde à pergunta “o quê?”, indicando objetos (conceitos ou indivíduos). Em termos de classe linguística, seriam espécimes da classe dos nomes. As duas próximas categorias, *ποσόν* e *ποιόν*, são apresentadas em par. Com a categoria *ποσόν*, a questão não é o número em si, mas o que é suscetível de ser medido, distinguindo, então, entre “quantidades” discretas, como os números, e “quantidades” contínuas, como as retas ou o tempo. Sobre a categoria da qualidade, Benveniste é breve e apenas especifica que não tem a acepção de espécies. As três seguintes, *πρός τι*, *ποῦ* e *ποτέ*, são equivalentes de “relação”, “lugar” e “tempo”, sem qualquer ambiguidade de acordo com Benveniste.

Nesse ponto do texto, Benveniste avisa que se deterá com maior atenção nessas seis primeiras categorias. Para ele, as categorias correspondem a uma classificação que advém da própria língua: “Parece-nos que esses predicados correspondem não a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua” (PLG I, p. 72). As categorias *ποσόν* e *ποιόν* estão associadas no grego, mas não só isso, são adjetivos associados no sistema da língua grega. Já na ideia de “relação”, *πρός τι* apresenta uma das propriedades fundamentais dos adjetivos gregos, que é a de uma forma de comparação, cuja função é de ser “relativa”. *ποῦ* e *ποτέ* implicam classificações de denominações espaciais e temporais “e ainda aqui os conceitos são modelados sobre caracteres dessas denominações em grego” (PLG I, p. 73).

Benveniste termina essa parte refletindo sobre o que aproxima essas seis primeiras categorias. Ele explica o seguinte: “Não é, pois, sem razão que essas categorias se encontram enumeradas e agrupadas como são. As seis primeiras referem-se todas as formas *nominais*. É na particularidade da morfologia grega que encontram a sua unidade” (PLG I, p. 73, grifos do autor).

E, para ele, acontece o mesmo com as quatro categorias a seguir, já que estariam agrupadas em função de serem categorias *verbais*. *ποιεῖν* e *πάσχειν* são, respectivamente, “fazer” e “sofrer” e, segundo Benveniste, elas demonstram explicitamente, sobretudo pelos exemplos — “corta” e “é cortado” — uma oposição que é *linguística*, que é das categorias do

ativo e do passivo: “é essa oposição morfológica de duas ‘vozes’ estabelecidas em grande número de verbos gregos que transparece nos conceitos polares de *ποιεῖν* e *πάσχειν*” (PLG I, p. 73, grifos do autor).

As duas categorias anteriores a essa são pensadas posteriormente, já que Benveniste afirma que a natureza delas não foi corretamente reconhecida. *κεῖσθαι* e *ἔχειν* não possuem sequer uma tradução firmada. Benveniste questiona o interesse por ter uma categoria como a de “posição” (*κεῖσθαι*), questionando se seria um predicado geral como é no caso de “ativo” e “passivo”, além de trazer o que dizem os estudiosos de Aristóteles: “os intérpretes de Aristóteles parecem considerar essas duas categorias como episódicas; o filósofo as formula apenas para esgotar todas as predicções aplicáveis a um homem” (PLG I, p. 73). Parece, portanto, que é uma lista de tudo que seria possível predicar sobre um objeto ou ser.

Contudo, Benveniste segue argumentando que “Ainda aqui, as noções nos parecem ter um fundamento lingüístico” (PLG I, p. 74). As oposições que se estabelecem entre essas categorias ainda assim se dão seguindo uma lógica interna ao sistema do grego, não uma relação que teria vinculação ao objeto ou ser sobre o qual algo seria predicado. Após essa reflexão, Benveniste propõe, então, fazer uma transcrição das dez categorias em termos de língua, que ele apresenta com a designação e um respectivo equivalente (Quadro 2):

Quadro 2 – Transcrição das categorias de Aristóteles em termos de língua por Benveniste

| Categoria | Equivalente na língua |
|---|--|
| <i>οὐσία</i> (“substância”) | Substantivo |
| <i>ποσόν</i> e <i>ποιόν</i> (“qual; em que número”) | adjetivos derivados de pronome do tipo <i>qualis</i> e <i>quantum</i> em latim |
| <i>πρός τι</i> (“relativamente a que”) | adjetivo comparativo |
| <i>ποῦ</i> (“onde”) e <i>ποτέ</i> (“quando”) | advérbios de lugar e de tempo |
| <i>κεῖσθαι</i> (“estar disposto”) | verbo médio |
| <i>ἔχειν</i> (“estar em estado”) | Perfeito |
| <i>ποιεῖν</i> (“fazer”) | Ativo |
| <i>πάσχειν</i> (“sofrer”) | Passivo |

Fonte: Adaptado de PLG I (p. 75-76)

Aristóteles buscava ver esses predicados isolados de sintagmas, mas acabou reconhecendo, segundo Benveniste, distinções que se manifestam na própria língua:

Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, uma vez que é pelas suas diferenças que essas formas e essas classes têm uma significação linguística. Pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres lingüísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las (PLG I, p. 76).

Esse trecho pode nos remeter novamente àquela reflexão sobre a língua não ser uma lista de termos que nomearia a realidade, como já pontuava Saussure e como Benveniste desenvolveu, à sua maneira, ainda que tenha se mantido alinhado ao pensamento saussuriano, sobretudo em relação à língua enquanto um sistema de signos. Dessa forma, os predicados são possíveis, mas o são a partir da forma que o sistema da língua disponibiliza. Além disso, a significação não está no signo, mas sim na relação com os outros elementos do sistema semiótico da língua, nesse caso do sistema da língua grega, ao que ele conclui:

Temos assim uma resposta para a questão apresentada no início e que nos levou a esta análise. Perguntávamo-nos de que natureza eram as relações entre as categorias de pensamento e categorias de língua. Na medida em que as categorias de Aristóteles se reconhecem válidas para o pensamento, revelam-se como a transposição das categorias de língua. É o que se pode *dizer* que delimita e organiza o que se pode pensar. A língua fornece a configuração fundamental das propriedades reconhecidas nas coisas pelo espírito. Essa tábua dos predicados informa-nos, pois, antes de tudo, sobre a estrutura das classes de uma língua particular (PLG I, p. 76, grifos do autor).

Benveniste explica que Aristóteles pensa fornecer uma tabela das condições gerais e permanentes, mas que se trata, na verdade, de uma “projeção conceptual de um determinado estado de língua” (PLG I, p. 76). Ou seja, trata-se de uma projeção de um determinado recorte sincrônico da língua grega, mas que não seria geral e fixo. Além disso, há um desdobramento da noção de “ser” que, para Benveniste, envolve tudo, sendo a condição de todos os predicados: “Todas as modalidades do ‘ser-tal’, do ‘estado’, todas as idéias possíveis do ‘tempo’, etc. dependem da noção de ‘ser’” (PLG I, p. 76). Contudo, mesmo assim, esse conceito reflete uma propriedade linguística.

O grego possui o verbo “ser” e faz empregos particulares desse verbo: cópula, quando antecedido de artigo pode expressar noção nominal de forma variada, entre outros. Benveniste explica que esse inventário comporta dados de língua, de sintaxe e de morfologia, mas da qual foi possível derivar a metafísica grega do “ser”: “A língua não orientou evidentemente a definição metafísica do ‘ser’ — cada pensador grego tem a sua — mas permitiu fazer do ‘ser’ uma noção objetivável, que a reflexão filosófica podia manejar, analisar, situar como qualquer outro conceito” (PLG I, p. 77). Por meio da língua grega, os metafísicos gregos desenvolveram

sua filosofia, o que não significa que a língua tenha orientado diretamente na noção: ela forneceu a forma.

A partir disso, Benveniste propõe que se olhe para o comportamento dessa noção em outra língua para mostrar que se trata de um fato de língua. Para isso, escolhe uma língua de tipo de organização interna completamente diferente do grego. A língua escolhida é o *ewe*, língua falada no Togo e em Gana. Em *ewe*, essa noção se divide em muitos verbos. Benveniste apresenta os verbos e alguns exemplos de como seria traduzido.

O verbo *nyé* é verbo transitivo com complemento de objeto direto, “ser quem, ser o que” (PLG I, p. 77-78).

O verbo *le* exprime existência, “*Mawu le*, ‘Deus existe’” (PLG I, p. 78, grifos do autor), mas também pode ser empregado como predicado de localização e de situação, “estar num lugar, num estado, num tempo, numa qualidade” (PLG I, p. 78): “*e-le nyuie*, ‘ele está bem’; *e-le a fi*, ‘ele está aqui’; *e-le ho me*, ‘ele está em casa’” (PLG I, p. 78, grifos do autor). Benveniste observa que esse verbo só pode ser empregado em um tempo, no aoristo, “que preenche as funções de um tempo narrativo passado e também de um perfeito presente” (PLG I, p. 78). Se tiver que ser empregado em outro tempo, como no futuro, o verbo a ser utilizado não é mais o *le*, mas sim o *no* “permanecer, ficar” (PLG I, p. 78, grifos do autor): “isso quer dizer que, de acordo com o tempo empregado, são necessários dois verbos distintos, *le* intransitivo ou *no* transitivo para expressar a mesma noção” (PLG, p. 78, grifos do autor).

Outro verbo é o *wo* “fazer, cumprir, produzir um efeito”, que tem noção de “ser” de natureza: “*wo* com *ke*, ‘areia’, “estar areento”. É o mesmo caso do francês, só que com o verbo *faire* [fazer]: “*Il fait chaud*” [faz/está calor], quando acompanhado de um nome de matéria.

O verbo *du* é usado quando é termo de função ou de dignidade: “*du fia*, ‘ser rei’” (PLG I, p. 78, grifos do autor).

Por último, há o *di*, que é empregado com alguns predicados de qualidade física ou de estado: “*di ku*, ‘estar magro’, *di fo*, ‘ser devedor’” (PLG I, p. 78, grifos do autor).

A língua *ewe* tem, portanto, cinco verbos distintos “para corresponder aproximativamente às funções do nosso verbo ‘ser’” (PLG I, p. 78). Para Benveniste, não se trata de uma divisão de uma mesma “área semântica em cinco porções, mas de uma distribuição que acarreta uma combinação diferente, até mesmo nas noções vizinhas” (PLG I, p. 78). Em *ewe*, quando se junta *le* [existir] a *asi* [na mão], tem-se “estar na mão”, uma locução que equivale ao nosso “ter”: “*ga le asi-nye* (lit. ‘dinheiro está na minha mão’), ‘tenho dinheiro’” (PLG I, p. 78-79, grifos do autor).

Benveniste então aponta que a aproximação feita entre esses verbos se dá porque estamos olhando para o *ewe* a partir da nossa língua: “No interior da morfologia ou da sintaxe *ewe*, nada aproxima esses cinco verbos entre eles” (PLG I, p. 79, grifos do autor). Mas essa comparação “egocentrista”, nos termos de Benveniste, possibilita notar que esses usos linguísticos não são nem universais nem uma condição necessária.

Encaminhando-se para a conclusão, Benveniste discute que é da natureza da linguagem se prestar a duas ilusões: (1) por ser assimilável e por ser constituída por um número limitado de elementos, pode-se ter a impressão de que a língua é “apenas um dos intermediários possíveis do pensamento” (PLG I, p. 79), o que tornaria o pensamento independente dela, e a língua, seu instrumento; (2) pelo fato de que a língua é um conjunto ordenado, isso leva à crença de que a língua seja um decalque de uma “lógica” anterior e externa a ela. Dessa forma, a língua seria mero instrumento de transmissão de um pensamento prévio e independentemente formulado, além de que seria um reflexo de algo anterior e exterior.

Isso significa, segundo Benveniste, que o pensamento se torna independente das estruturas das línguas particulares, mas não da língua enquanto sistema. Ou seja, a língua não limita o que é possível ou não dizer, mas sim como se deve dizer. Dessa forma, segundo o exemplo de Benveniste, as categorias *tao*, *yin* e *yang* foram criadas no pensamento chinês, mas isso não impede que os chineses assimilem outros conceitos como o da dialética materialista, por exemplo, “sem que a estrutura da língua chinesa a isso se oponha” (PLG I, p. 80). E Benveniste conclui:

Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito. O vôo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua (PLG I, p. 80).

Em suma, Benveniste pensa a relação entre linguagem e pensamento, observando-os tanto pelas categorias do “ser” em Aristóteles como em línguas particulares, nesse caso o grego e o *ewe*. A conclusão é a seguinte: a língua fornece as formas necessárias para o pensamento, que pode até ser independente das línguas particulares, mas não o é da estrutura da língua. Acreditamos, portanto, que essa “estrutura da língua” seja uma forma de se referir à língua enquanto objeto teórico, que pode ser vista na realização particular das línguas enquanto idiomas, mas que não se limita a uma ou outra língua particular.

A partir dessa discussão, podemos refletir sobre a tradução não pelo caminho da impossibilidade, mas sim do traduzir como um ato possível entre línguas diferentes. Sendo assim, a tradução se dá justamente por meio de uma reflexão linguística em que as diferenças e

os funcionamentos singulares de cada sistema linguístico deverão ser levados em consideração. Portanto, a questão é *como* dizer, ou ainda, *como* traduzir esse dizer, e não *se é possível* traduzir esse dizer.

3.2 “A FORMA E O SENTIDO NA LINGUAGEM” ([1966/1967] PLG II)

O texto “A forma e o sentido na linguagem” resulta de uma fala de Benveniste, mais especificamente na palestra de abertura do XIII^o Congresso das Sociedades de filosofia de língua francesa, em Genebra, no ano de 1966. Embora se trate de uma fala para filósofos e que o tema pareça, segundo ele, convir mais aos seus interlocutores filósofos do que aos linguistas, Benveniste o abordará enquanto linguista. Em outras palavras, seu ponto de vista é desenvolvido a partir do funcionamento da língua. De modo geral, Benveniste desenvolverá sua noção de língua, que comporta dois modos de significar: o do domínio semiótico e o do domínio semântico.

O tema de sua exposição é a *forma* e o *sentido* na linguagem. Mesmo que realize a discussão enquanto linguista, Benveniste logo pontua que isso não significa que haja um ponto de vista em comum e unânime entre todos os linguistas. Não há, segundo ele, uma doutrina reconhecida sobre o assunto, e há ainda uma tendência a deixá-lo de fora do campo da linguística.

Benveniste começa apresentando um panorama de como as noções de forma e sentido são abordadas na linguística. Para Bloomfield, “que representa quase toda a linguística americana e com larga influência fora dela” (PLG II, p. 221), o estudo do “meaning” era considerado como um “mentalismo”. Benveniste explica que taxá-lo dessa forma significa tirá-lo do escopo dos estudos do linguista, uma vez que o que é subjetivo é da competência de psicólogos e de psico-fisiólogos. Cabe ao linguista, portanto, apenas o “que pode ser apreendido, estudado, analisado por técnicas cada vez mais precisas e cada vez mais concretas” (PLG II, p. 221). Ele continua: “De fato, as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*” (PLG II, p. 221, grifos do autor). No entanto, para Benveniste, separar essas noções, que ele denomina como “noções gêmeas”, não é possível.

Após fazer uma breve introdução, o linguista aborda o tema de sua exposição, sem vinculá-lo a qualquer pressuposto filosófico. Além disso, explica que o fará a partir da linguagem comum, não da linguagem poética, embora acredite que a segunda possa se beneficiar da discussão.

Segundo Benveniste, normalmente o sentido é uma noção implicada pela língua enquanto conjunto de procedimentos de comunicação que seriam compreendidos de maneira idêntica por um conjunto de locutores. Já a forma é vista como a matéria dos elementos linguísticos quando se exclui o sentido, ou ainda como o arranjo formal desses elementos. Para Benveniste, colocar *forma* e *sentido* em termos de oposição é uma convenção, ao que propõe uma reinterpretação que integre e esclareça essa oposição no próprio funcionamento da linguagem. No núcleo dessa antítese se encontra o problema mais importante para Benveniste: o da significação, já que o caráter primordial da linguagem é significar. É nesse momento que uma conhecida frase aparece: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (PLG II, p. 222, grifos do autor). Segundo Benveniste, não há possibilidade de sociedade nem de humanidade sem linguagem, uma vez que é a partir dela que se constitui a relação do homem no mundo e do homem com outro homem. Sendo assim, a linguagem não se reduz à possibilidade de interação entre falantes. Isso nos remete à discussão que ele faz em “Da subjetividade na linguagem” ([1958] PLG I), quando afirma que a linguagem não é um instrumento que o homem construiu, mas é, na verdade, da natureza do homem, e ela “ensina a própria definição de homem” (PLG I, p. 285). Em outras palavras, mesmo que seja por ela que o homem interage com outro no mundo, a linguagem não se reduz a isso. Na verdade, a linguagem é parte constitutiva do homem.

Mas o que é significação? Benveniste afirma que os linguistas aceitam essa noção empiricamente, e que, em relação aos filósofos, não sabe se já foi objeto de investigação. Os únicos que aparentemente se ocupam da significação são os lógicos, citando como exemplo Carnap e Quine. Preocupados com o rigor, os lógicos não tentaram uma definição direta da significação, justamente para evitar uma queda no psicologismo. Portanto, a aceitabilidade foi o critério objetivo escolhido, em que o locutor aceita ou rejeita a associação de um predicado a um objeto. Já Quine vai operar com a noção de “mesma significação”, ou seja, significação em termos de sinonímia. Benveniste não vai utilizar esses procedimentos, já que se ocupa da língua por ela mesma, e não como Carnap, por exemplo, que vê a significação em termos de designação de objetos a partir de predicados.

Na sequência, Benveniste começa a elaborar a sua própria noção de língua. Para ele, a língua possui dois modos de significar. O primeiro deles — o do *domínio* — tem como ponto de partida a noção saussuriana de língua e signo linguístico.

Benveniste entende a significação de modo diferente do que os filósofos. No entanto, há algo que pode ser retido do que os demais compreendem em relação à significação: pode ser tomado como aceito que “a linguagem é a atividade significante por excelência” (p. 223).

De fato, quando uma atividade é tida como “significando” algo, apela-se normalmente à linguagem. E ela tem um duplo caráter: a significação é de sua própria natureza, não sendo algo adicionado *a posteriori*, além de que se realiza por meios vocais. E esse duplo aspecto, segundo Benveniste, é o que a distingue, aproximando-a da definição de língua saussuriana como sistema de signos.

Segundo Benveniste, a noção de signo traz consigo uma ideia de significação genérica, mas não a coloca inteiramente:

Quando Saussure introduziu a idéia de signo lingüístico, ele pensava ter dito tudo sobre a natureza da língua; não parece ter visto que ela podia ser outra coisa ao mesmo tempo, exceto no quadro da oposição bem conhecida que ele estabelece entre língua e fala. Compete-nos ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante (PLG II, p. 224).

Ainda segundo o linguista, quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, ele definiu o signo como unidade semiótica, ainda que esse desenvolvimento não esteja colocado explicitamente em Saussure, talvez por achar que isso era evidente. A proposição de que o signo é uma unidade semiótica comporta ainda uma dupla relação: signo como unidade e signo como dependente do sistema lingüístico. Uma disciplina que quer alcançar o estatuto de ciência deve sobretudo delimitar sua unidade, e essa é já uma questão difícil para a lingüística. Enquanto as ciências da natureza têm unidades recortadas de um contínuo, sempre idênticas, quantitativas e substituíveis, a unidade da lingüística é do descontínuo e do dessemelhante. Nela nada se pode dividir, somente decompor, e seus elementos, diferentes entre si, agrupam-se para formar unidades, podendo ir sempre para um nível superior. O limite inferior do signo lingüístico é a significação.

O estudo saussuriano sobre o signo lingüístico é o que tornou possível a descrição das unidades semióticas. O signo é uma unidade com duas faces, o significado e o significante. Contudo, para Benveniste, não se trata apenas de uma sequência de sons, mas sim de uma “forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (PLG II, p. 225). Mesmo que o signo seja composto por unidades sonoras — fonemas —, ele não se decompõe diretamente em fonemas, assim como uma sequência de fonemas não compõe diretamente um signo. A análise semiótica não é igual a análise fonética, já que antes do nível dos fonemas há o nível da estrutura fonemática do significante. O que está em jogo aqui é a distinção do que faz parte ou não do inventário de fonemas disponíveis em dada língua. Para desenvolver essa reflexão, Benveniste traz o exemplo da flexão da forma nominal em latim. Em toda forma flexionada, as cinco vogais são admitidas — *a, e, i, o, u* —, mas não são

todas as consoantes que são aceitas, sendo apenas *s* e *m*, muito raramente se permite o *r* ou ainda o *l*. A constituição formal do significante passa por uma seletividade.

Com esse tipo de análise, é possível ver a organização de cada língua, não somente do nível fonemático, mas também dos signos lexicais livres (semio-lexemas), dos sub-signos classificatórios que servem para ligar significantes, ou seja, os prefixos, sufixos, etc. (semio-categoremas).

Após explicar a forma do semiótico — o significante —, ele passa para o sentido — o significado. O signo enquanto unidade semiótica tem significação na comunidade de falantes que fazem uso da língua. No entanto, no modo semiótico, a questão não é qual é o sentido, uma vez que não pode ser definido. Basta que ele seja reconhecido: “‘Chapéu’ existe? Sim. ‘Chaméu’ existe? Não” (PLG II, p. 227). Logo, fazer parte do sistema da língua é ter um sentido, não importa qual for. Para Benveniste, o uso e a compreensão por um falante passam a ser os critérios, já que o signo existe no uso apenas.

O critério que rege o domínio semiótico é o da identificação no interior da língua: “Quem diz ‘semiótico’ diz ‘intralinguístico’. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa” (PLG II, p. 227-228). Há três consequências de princípio do que foi enunciado: (1) no semiótico, a relação dos signos com as coisas no mundo não é uma questão; (2) o signo só tem valor genérico e conceitual; (3) as oposições são binárias, dispondo-se apenas em relações paradigmáticas.

Até aqui, o desenvolvimento se deu em relação ao signo. Em seguida, Benveniste se questiona sobre a frase, já que nos comunicamos por meio delas. Ela não é um signo no sentido saussuriano, nem tampouco uma extensão do signo até a proposição. Para o linguista, é necessário descrever signo e frase de modos distintos, uma vez que se trata de “dois mundos distintos” (PLG II, p. 229).

Com a frase, passamos para o *domínio semântico* da língua, que, segundo o linguista, “nos introduz no domínio da *língua em emprego e em ação*” (PLG II, p. 229, grifos nossos). Aqui é possível ver a língua em sua função mediadora entre homens, entre o homem e a sociedade, ou ainda, “em resumo: organizando toda a vida dos homens” (PLG II, p. 229).

Quando Benveniste começa a delinear esse novo modo de significar, ele faz um apontamento muito importante:

Do semiótico ao semântico há uma mudança radical de perspectiva: todas as noções que passamos em revista retornam, mas outras e para entrar em relações novas. A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação (PLG II, p. 229-230).

Ou seja, trata-se efetivamente de duas perspectivas diferentes, de dois modos de significar na forma e no sentido que a língua encerra em si, mas isso não significa que esses modos estejam desvinculados um do outro. Mesmo no caso da língua em emprego, sua propriedade semiótica ainda está presente, isto é, os signos e as relações que compõem a língua.

Prosseguindo para o esboço de quadro da forma e do sentido do modo semântico, a unidade semântica é a *palavra*, cuja expressão se dá na *frase*. Diferentemente do modo semiótico, que se definia pelas relações paradigmáticas, a palavra se define por meio das relações sintagmáticas. Portanto, se a *forma* é o sintagma ou frase,

O sentido da frase é de fato a *idéia* que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. Tudo é dominado pela condição do sintagma, pela ligação entre os elementos do enunciado destinado a transmitir um sentido dado, numa circunstância dada. Uma frase participa sempre do “aqui e agora”; algumas unidades de discurso são aí unidas para traduzir uma certa idéia interessante, um certo presente de um certo locutor (PLG II, p. 230, grifos do autor).

A ideia de relação entre os elementos continua presente no modo semântico. No semiótico, em uma relação paradigmática, os elementos se definem pelas oposições e diferenças dentro do sistema da língua, ou se pudermos recuperar em termos saussurianos, são relações *em ausência*. Já no modo semântico, as relações se dão no sintagma, portanto, definem-se a partir do conjunto no qual estão inseridos em uma relação *em presença* simultânea com outros elementos, ou seja, palavras em sintagmas.

Todavia, Benveniste alerta que o sentido de uma frase não equivale ao sentido das palavras que a compõem, ou seja, o sentido da frase não é formado por uma soma de todos os sentidos de cada uma das palavras: “O sentido de uma frase é sua idéia, o sentido de uma palavra é seu emprego (sempre na acepção semântica)” (PLG II, p. 231). E aqui Benveniste traz um outro termo que não era necessário no semiótico: a *referência*. Há uma relação da língua em emprego com a situação de emprego quando se está no semântico, o que acarreta o fato de que a frase “é um acontecimento que desaparece”, sua existência se limita ao momento em que é proferida, sendo, a cada vez, um novo acontecimento, diferente do anterior ou ainda dos posteriores: “O sentido de uma palavra consistirá na sua capacidade de ser integrante de um sintagma particular e de preencher uma função proposicional” (PLG II, p. 232). Sendo assim, não é possível fixar ou prever os sentidos, pois a palavra em uso não os comporta, ela só tem empregos.

Benveniste comenta, na sequência, que há um estatuto diferente caso se tome uma entidade lexical como signo ou como palavra. Há duas consequências opostas desse fato: (1) há uma variedade grande de expressões para exprimir “a mesma ideia”, além do recurso ao

sistema de comunicação não linguístico, como o gesto; (2) a ideia sofre as restrições de leis do agenciamento, ou seja, “há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da ideia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem” (PLG II, p. 232).

Acreditamos que há aqui uma abertura para a discussão posterior: a possibilidade e a impossibilidade da tradução. Mas, antes de evocar a tradução, voltemos à discussão. É possível expressar o mesmo sentido de uma frase de diferentes maneiras, inclusive com uso de gestos. Contudo, há algumas restrições impostas na forma. A palavra pode contrair valores que não tinha antes de sua sintagmatização, e Benveniste usa o processo de auxilição como exemplo. “Ter” e “perder” podem ser contraditórios, mas aparecem juntos em uma sintagmatização, por exemplo, “eu tenho perdido”. Há, portanto, uma transformação produzida pelas condições de emprego da palavra quando agenciada em um sintagma.

Assim, o “sentido” da frase está na totalidade da ideia percebida por uma compreensão global; a “forma” se obtém pela dissociação analítica do enunciado processada até as unidades semânticas, as palavras. Além disso, as unidades não podem mais ser dissociadas sem deixar de preencher sua função. Esta é a articulação semântica (PLG II, p. 232)¹².

Não esquecendo que as palavras que são agenciadas em sintagmas, para a expressão semântica, são os signos do repertório do semiótico.

Há ainda outro ponto que Benveniste traz e que encaminha de fato para o parágrafo em que fala explicitamente sobre a tradução: um paradoxo entre a possibilidade de dizer as mesmas coisas em outras línguas, mas sob restrições impostas pela estrutura linguística. Trazemos o trecho na íntegra:

De mais, a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura linguística (PLG II, p. 233).

Dessa forma, pode-se dizer o mesmo em outra língua, mas isso será feito a partir da modelagem que a estrutura da língua impõe. Isso não se configura, portanto, como uma impossibilidade de dizer o mesmo.

Finalmente, entramos agora no parágrafo que discorre explicitamente sobre a tradução:

Pode-se *transpor o semantismo* de uma língua para o de outra, “salva veritate”; é a *possibilidade da tradução*; mas não se pode *transpor o semioticismo* de uma língua

¹² Embora a *frase* seja definida enquanto conceito em “A forma e o sentido na linguagem” ([1966/1967] PLG II), é possível ver já no texto “Os níveis da análise linguística” ([1962/1964] PLG I) um desenvolvimento, só que como uma unidade de análise, e não inserida ainda no que posteriormente desenvolverá em relação ao conceito de domínio semântico.

para o de uma outra; é a *impossibilidade da tradução*. Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico (PLG II, p. 233, grifos nossos).

Em primeiro lugar, é importante pontuar que a tradução comparece nessa discussão como forma de “clarear a articulação teórica que nós nos esforçamos para estabelecer” (PLG II, p. 233). Portanto, segundo Hoff (2018), Benveniste não está produzindo uma reflexão teórica sobre a tradução, mas está usando-a como um operador de sua teorização sobre a linguagem, o que não significa que não se possa expandir essa discussão para uma reflexão que toma o traduzir como objeto teórico. Nessa discussão, ainda segundo Hoff, “A tradução é justamente a atividade que permite visualizar as diferenças entre os domínios semiótico e semântico, ou seja, ela possibilita um entendimento da natureza e amplitude da língua” (Hoff, 2018, p. 31). Podemos pensar ainda que é a tradução que possibilita alcançar o limite entre os domínios semiótico e semântico, tendo em vista que são dois universos diferentes, embora não possam ser completamente dissociados um do outro.

Em segundo lugar, esse parágrafo coloca um ponto importante para se pensar teoricamente o que tradutor faz enquanto traduz: ele não traduz uma língua, ou ainda as palavras tomadas isoladamente, mas sim as relações entre as palavras em um agenciamento e a compreensão global da ideia expressa na frase.

Na sequência, Benveniste aponta que a possibilidade da tradução como processo global também nos traz uma outra informação importante: podemos nos elevar além da língua, abstraí-la, contemplá-la, a partir da faculdade metalingüística: “A faculdade metalingüística, a que os lógicos têm estato [*sic*] mais atentos do que os lingüistas, é a prova da situação transcendente do espírito ‘vis-a-vis’ da língua em sua capacidade semântica” (PLG II, p. 233).

Benveniste conclui a partir da retomada dos dois sistemas que estão em sobreposição na língua e afirma que esses sistemas estão constantemente em ação no uso da língua, o que exige um grande esforço de análise para estudá-los e até mesmo separar o que é de um domínio ou de outro. E aqui retomamos a epígrafe desta seção: “Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa” (PLG II, p. 234).

A grande questão para Benveniste é como a língua significa. Para ele, ela significa de duas formas diferentes, o modo semiótico e o modo semântico.

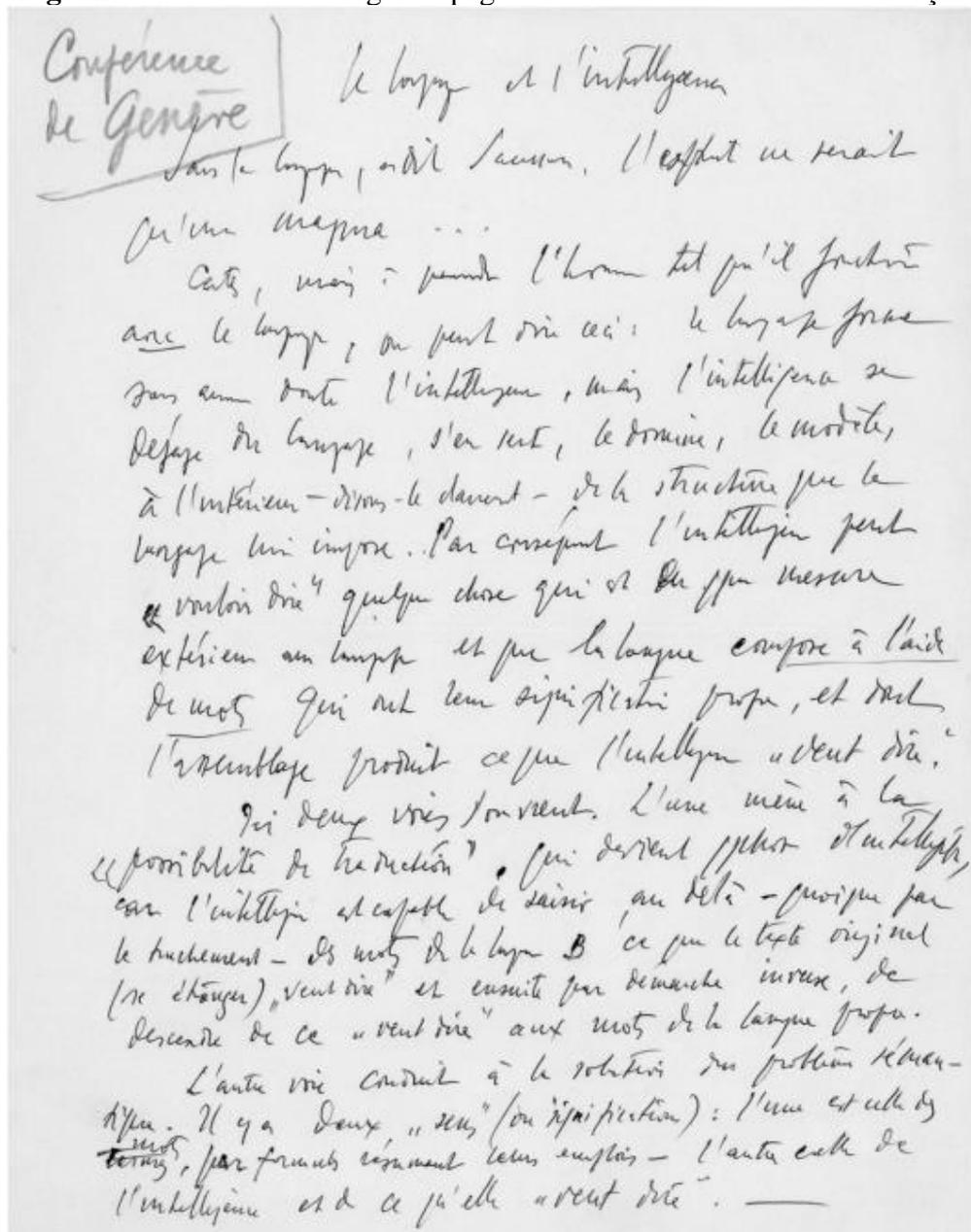
3.3 “LA LANGUE, LA TRADUCTION ET L’INTELLIGENCE” (2016)

A nota manuscrita e inacabada “La langue, la traduction et l’intelligence” foi publicada na obra *Autor d’Émile Benveniste* (2016), organizada por Irène Fenoglio. Além de textos de

linguistas como Jean-Claude Coquet, Julia Kristeva, Charles Malamoud e Pascal Quignard sobre a obra de Benveniste, foram adicionados ainda dois textos inéditos do próprio Benveniste, que são o “La traduction, la langue et l’intelligence” e o “Singulier et pluriel”.

Neste trabalho, focaremos na nota sobre tradução. Mesmo que tenha sido publicada somente em 2016, o fac-símile, reproduzido na obra de Fenoglio, mostra que há uma anotação de Benveniste, no canto superior esquerdo do manuscrito, que o situa em uma época específica da produção teórica do linguista. Reproduzimos abaixo a página (Figura 1):

Figura 1 – Fac-símile da segunda página da nota manuscrita sobre tradução



Na Figura 1, encontramos um indício de que, provavelmente, essa nota possa ter sido redigida por Benveniste, na ocasião do Congresso de Genebra das Sociedades de filosofia de língua francesa. Em 1966, Benveniste foi o responsável pela fala de abertura do congresso e sua exposição foi posteriormente publicada no PLG II, sob o título de “A forma e o sentido na linguagem”. Dessa forma, se esse for o caso, há uma relação entre ambos os textos tanto pela temática como pela época de produção.

Referente à nota manuscrita, Hoff (2018) alerta sobre a dificuldade de leitura que pode se colocar para o leitor, já que se trata de uma nota manuscrita e que não foi finalizada. De fato, trata-se de um manuscrito de cinco páginas, conforme o fac-símile, e que, ao ser transcrita e digitada, é composta por apenas três páginas. Contudo, é fundamental retomar esse manuscrito, porque, embora seja um texto curto, ele contém uma reflexão teórica de grandes alcances e que abre para que muito seja desbravado em termos de linguagem e pensamento, tradução e significação, entre outros.

A nota começa com uma formulação que remete a Saussure: “Sem a linguagem, disse Saussure, o espírito seria apenas um magma...” (Benveniste, p. 37, tradução nossa)¹³. Dessa forma, Benveniste inicia uma reflexão sobre linguagem e pensamento:

Certamente, mas para tomar o homem tal como funciona com a linguagem, pode-se dizer isso: a linguagem forma, sem dúvida, a inteligência, mas a inteligência se desprende da linguagem, serve-se dela, domina-a, modela-a, no interior — digamos isso claramente — da estrutura que a linguagem lhe impõe (Benveniste, 2016, p. 37, tradução nossa, grifos do autor)¹⁴.

Saussure já havia afirmado, no capítulo “Valor linguístico” do *Curso de linguística geral*, que “Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (CLG, p. 130). Ou seja, a língua não é um meio fônico material para que o pensamento e as ideias sejam expressos, mas sim um intermediário. A língua seria, portanto, a possibilidade de expressão do pensamento.

Para Benveniste, a linguagem forma o pensamento, mas ele se liberta da linguagem, no interior da estrutura que ela lhe impõe. Sendo assim, parece possível dizer o que se quer, mas isso acontece dentro da estrutura fornecida pela língua. Esse é o ponto que Benveniste defende a seguir, ao dizer: “Como consequência, a inteligência pode ‘querer dizer’ alguma coisa que é, em alguma medida, exterior à linguagem e que a língua compõe com a ajuda de palavras que

¹³ No original: “Sans le langage, a dit Saussure, l’esprit ne serait qu’un magma...”.

¹⁴ No original: “Certes, mais à prendre l’homme tel qu’il fonctionne avec le langage, on peut dire ceci : le langage forme sans aucun doute l’intelligence, mais l’intelligence se dégage du langage, s’en sert, le domine, le modèle, à l’intérieur — disons-le clairement — de la structure que le langage lui impose”.

possuem sua significação própria, e cujo agenciamento produz o que a inteligência ‘quer dizer’” (Benveniste, 2016, p. 37, tradução nossa, grifos do autor)¹⁵.

É importante fazer alguns apontamentos antes de prosseguir. Há, nessa passagem, algumas formulações importantes: potenciais noções de significação, palavra e agenciamento. Portanto, de acordo com a leitura que fazemos desse trecho, a expressão de um pensamento, de uma ideia é possível por meio de palavras que possuem significação própria, que são agenciadas.

Segundo Benveniste, isso encaminha para duas questões: a primeira relativa à possibilidade de tradução e a segunda, relativa à solução de um problema semântico. A primeira delas diz respeito à possibilidade de tradução, que se torna inteligível, porque Benveniste afirma que a inteligência pode apreender esse “querer dizer” do texto original para além das palavras da outra língua e, por operação inversa, “sair desse ‘querer dizer’ para as palavras de sua língua própria” (Benveniste, 2016, p. 37-38, tradução nossa)¹⁶. A segunda diz respeito à solução de um problema semântico. Segundo o linguista, há dois “sentidos” (ou significações): o das palavras e seus empregos e outro da inteligência e o que “quer dizer”¹⁷.

Em seguida, Benveniste discorre sobre uma particularidade da linguagem, que cria sua dificuldade específica em relação a fazer uma teoria unitária: “ela se desenvolve sempre na junção da natureza e da cultura” (Benveniste, 2016, p. 38, tradução nossa)¹⁸. Ou seja, há duas bases para a linguagem: uma biológica e outra cultural.

A biológica diz respeito àquela que dá o aparelho articulatório e auditivo, o que exige “sons articulados” que podem se tornar unidades. Apesar dos sons virem da natureza, para Benveniste, o que é articulado vem da cultura. Em seguida, explica que é a cultura que dá uma “forma” ao material sonoro, que vem de uma língua determinada.

Para Benveniste, “A linguagem reflete a natureza no sistema das referências que comporta inevitavelmente tudo o que diz respeito ao homem, seu corpo, suas emoções, etc., mas a relação desses dados de base é dinamizada pela cultura” (Benveniste, 2016, p. 38, tradução nossa)¹⁹.

¹⁵ No original: “Par conséquent l’intelligence peut ‘vouloir dire’ quelque chose qui est en quelque mesure extérieur au langage et que la langue compose à l’aide de mots qui ont leur signification propre, et dont l’assemblage produit ce que l’intelligence ‘veut dire’”.

¹⁶ No original: “[...] de descendre de ce ‘veut dire’ aux mots de la langue propre”.

¹⁷ Em função do recorte que optamos para este trabalho, não iremos nos ater a essa questão mencionada na nota. Contudo, pretendemos abordá-la com maior atenção em trabalhos futuros.

¹⁸ No original: “[...] il se développe toujours à la jonction de la nature et de la culture”.

¹⁹ No original: “Le langage reflète la nature dans le système des références qui comporte inévitablement tout ce qui concerne l’homme, son corps, ses émotions, etc., mais la relation de ces données de base est dynamisée par la culture”.

Essas duas bases fundam o caráter duplo da linguagem.

Em seguida, Benveniste retoma a tradução, explicando que o que se traduz é “a relação do signo com a realidade, isto é, o valor de designação” (Benveniste, 2016, p. 38, tradução nossa)²⁰. O exemplo que utiliza é o de ἐντομα [éntoma], “que comporta cortes”, forma pela qual Aristóteles designou uma classe de seres. Essa designação foi traduzida para o latim como *insecta*. É interessante perceber que Benveniste coloca o verbo traduzir entre aspas simples — “Naturalmente, o fato de escolher *in-secta* para traduzir ἐν-τομα [én-toma] é o fenômeno material e literal de ‘tradução’” (Benveniste, 2016, p. 39, tradução nossa)²¹ —, o que não costuma ser, em seus textos, uma marcação gráfica fortuita. Pode-se pensar que há um outro sentido de traduzir, mas seria preciso ainda aprofundar essa análise.

Continuando, Benveniste aponta que há dois processos distintos: (1) a nomeação de um elemento da realidade; (2) a utilização de um signo linguístico para essa designação, imitando o modelo estrangeiro. No exemplo mencionado, cria-se a mesma relação entre o signo e o elemento da realidade. Para o linguista, isso é traduzir. Supõe-se uma *equivalência constatada* entre ἐν- [én-] e *in-* e entre -τομα [toma] e -secta.

No entanto, segundo Benveniste, o problema é diferente aqui: “quando se traduz ἐντομα [éntoma] por *insecta*, não se traduz o verbo τέμνω [témnō] em todos os seus valores, contenta-se a utilizar uma equivalência constatada entre τέμνω e secō para criar um signo simétrico de ἐντομα [éntoma]” (Benveniste, 2016, p. 39, grifos do autor, tradução nossa)²².

Por fim, Benveniste desenvolve o que é tradução a seu ver:

Traduzir é instituir, entre sua própria língua e o mundo, a mesma relação que na língua-fonte, seja por *equivalências literais* entre signos, se podem compor o mesmo ‘sentido’, seja por *equivalências globais* obtidas por meio de quaisquer outras relações que não são mais entre signos (Benveniste, 2016, p. 39, grifos nossos, tradução nossa)²³.

Antes, Benveniste falou em equivalências constatadas. Já nesse parágrafo supracitado, ele produz um desenvolvimento do que parecem ser dois esboços de noções teóricas de equivalência: a realização da tradução pela constatação de equivalências literais, ou seja, entre signos, ou de equivalências globais, que são obtidas por outras relações que não mais entre

²⁰ No original: “[...] le rapport du signe à la réalité, c’est-à-dire la valeur de désignation”.

²¹ No original: “Naturellement le fait de choisir *in-secta* pour traduire ἐν-τομα [én-toma] est le phénomène matériel et littéral de ‘traduction’”.

²² No original: “[...] quand on traduit ἐντομα [éntoma] par *insecta*, on ne traduit pas le verbe τέμνω [témnō] dans toutes ses valeurs, on se contente d’utiliser une équivalence constatée entre ἐντομα et secō pour créer un signe symétrique de ἐντομα [éntoma]”.

²³ No original: Traduire c’est instituer, entre sa propre langue et le monde, le même rapport que dans la langue source, soit par des équivalences littérales entre signes, s’ils peuvent composer le même ‘sens’, soit par des équivalences globales obtenues au moyen de relations tout autres, qui ne sont plus entre signes”.

signos. No exemplo de *insecta*, é possível que se trate de uma equivalência literal, porque há um possível indício quando ele fala sobre *tradução literal*.

Parece-nos, portanto, que a equivalência literal estaria mais ligada à forma e ao sentido, quem sabe do sistema semiótico, dada a relação que acreditamos ter entre essa nota e o texto “A forma e o sentido na linguagem”. Já em relação à equivalência global, as relações não se dão mais entre signos. A pergunta que nos colocamos é a seguinte: quais são as outras relações possíveis entre outros elementos que não sejam os signos? As relações entre signos seriam aquelas que se dão na língua enquanto semiótico, sistema. Contudo, no outro domínio que Benveniste propõe, o da língua como semântico, língua em uso, as relações se dão entre palavras e esta relação é na sintagmatização, no agenciamento que é feito delas.

Aqui vale um pouco mais de atenção. Quando Benveniste está abordando a forma e o sentido do semântico, cuja expressão se dá na frase, ele aponta que o sentido não é a soma do sentido das palavras, mas sim um sentido global. Seria esse sentido global apenas um dos valores que a palavra tem quando inserida em uma frase?

Encerramos com essas questões que serão retomadas mais adiante.

3.4 “AS RELAÇÕES DE TEMPO NO VERBO FRANCÊS” ([1959] PLG I)

Como visto anteriormente, na nota manuscrita inacabada sobre tradução, há, efetivamente em Benveniste, o emprego da palavra “equivalência”. No entanto, isso não ocorre apenas na nota, mas também em outro texto publicado anteriormente, que é “As relações de tempo no verbo francês”²⁴. Mas isso não é tudo: além de empregar essa palavra, Benveniste também coloca a tradução em destaque. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Esse texto começa como muitos outros do linguista: de início, apresenta como a questão que ele se propõe analisar é geralmente abordada em outros estudos, para, em seguida, problematizar e propor seu ponto de vista. O percurso é o mesmo: começa apresentando como estão organizados, em geral, o conjunto das formas pessoais do verbo francês nos paradigmas temporais denominados *presente*, *imperfeto*, *passado definido*, etc., que se distribuem de acordo com as categorias de tempo presente, passado e futuro; depois, aponta que essas divisões parecem incontestáveis, mas que, na verdade, elas não estão de acordo com as realidades de

²⁴ Abordamos, neste trabalho, a tradução tal como foi mencionada por Benveniste. Para um estudo mais detalhado dos planos de enunciação e da noção de função histórica, cf. “Sobre a Noção de Função Histórica: uma leitura de ‘As relações de tempo no verbo francês’, de Émile Benveniste” (2021), de Larissa Colombo Freisleben.

emprego e muito menos são suficientes para organizá-las; por fim, ele desenvolve seu ponto de vista.

Primeiramente, Benveniste problematiza a redução das oposições da estrutura material das formas verbais às divisões temporais. Para isso, analisa a oposição das formas simples e das formas compostas do verbo. Mesmo quando se pensa a relação do tempo a partir do aspecto, tem-se uma explicação insuficiente dessa correlação entre as formas.

Então, Benveniste propõe que se olhe para o sistema verbal do francês moderno, a partir de uma visão sincrônica, para compreender as relações que organizam as relações das formas temporais. E é através de uma aparente falha do sistema da língua que é possível discernir “melhor a natureza real das articulações” (PLG I, p. 261).

O francês dispõe de duas formas de expressão temporal do “passado” que, quando se olha apenas para a forma, podem parecer redundantes: *il fit* (*passé simple* ou aoristo) e *il a fait* (*passé composé* ou perfeito), ambas traduzidas para o português como “ele fez”. A explicação tradicional é de uma diferença de uso na escrita (*passé simple*) e na fala (*passé composé*), como indício de uma fase de transição de uma forma para outra, mas Benveniste questiona por que esse divórcio não se deu em outras temporalidades. Assim, ele propõe submeter toda a estrutura do verbo a um novo exame.

As gramáticas apresentam as formas verbais de um mesmo tema como pertencentes a uma mesma conjugação, focando na morfologia. Contudo, Benveniste argumenta que o sistema do verbo francês se divide em dois sistemas distintos e que se complementam, não em apenas um sistema: “Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da *história* e o do *discurso*” (PLG I, p. 262). Não se trata, portanto, de uma forma com duas variantes, mas sim de duas formas.

O primeiro sistema é o que manifesta o *plano da enunciação histórica*, “hoje reservado à língua escrita” (PLG I, p. 262). Nele, os acontecimentos passados são apresentados sem a intervenção do locutor na narrativa. A intenção histórica constitui efetivamente uma das funções da língua, a de narrar. A explicação dada sobre as marcas formais remete à categoria de pessoa e Benveniste retoma, em nota de rodapé, o texto “Estrutura das relações de pessoa no verbo” ([1946] PLG I), no qual a categoria de pessoa tem um esboço inicial. Sobre as marcas formais, esse sistema impõe restrições: o historiador não toma o aparelho formal do discurso, o que exclui, portanto, a relação de pessoa “eu-tu”, “aqui” e “agora”. Na narrativa histórica, haverá somente formas de “terceira pessoa”. Para a expressão temporal, os únicos tempos possíveis são o aoristo (*passé simple*), o imperfeito (incluindo o condicional) e o mais-que-perfeito. De modo acessório e mais limitado, o prospectivo também pode ser mobilizado.

Exclui-se o presente, e muito raramente se aceita o “presente de definição”. Benveniste resume da seguinte forma:

Na verdade, não há mais, então, nem mesmo narrador. Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador (PLG I, p. 267).

O segundo sistema é o que manifesta o *plano da enunciação do discurso*. O plano do discurso engloba discursos orais ou escritos, em que um locutor se dirige a um interlocutor e organiza seu dizer na categoria de pessoa. Nesse plano de enunciação, emprega-se, de modo livre, as formas pessoais do verbo “eu-tu” e “ele”. Sobre os tempos verbais, Benveniste explica que são mais amplas as possibilidades: todos os tempos verbais, menos o aoristo (*passé simple* e *passé antérieur*). O tempo que é comum aos dois planos é o imperfeito e o mais-que-perfeito.

É preciso pontuar uma diferença entre a terceira pessoa nos dois planos de enunciação. A terceira pessoa do plano da enunciação do discurso se opõe à primeira e à segunda, sendo, portanto, a não pessoa. No plano da enunciação histórica, o “ele” não se opõe a “eu-tu”. Sendo assim, não se trata de uma não pessoa, mas sim de uma ausência de pessoa.

Em seguida, Benveniste aborda uma hipótese trabalhada na linguística. Ao contrário do que se postulou, de que as formas simples do pretérito estariam desaparecendo, remetendo, em nota de rodapé, a um artigo de Antoine Meillet, Benveniste não crê que esta seja a questão, no caso, que a forma esteja desaparecendo. Para uma forma desaparecer, é preciso que sua função não seja mais necessária ou ainda que outra forma assumira essa função.

É nesse momento que Benveniste passa a finalmente desenvolver seu ponto de vista sobre as relações de tempo: “Trata-se, pois, de precisar a situação do aoristo com relação ao *duplo* sistema de formas e de funções que constitui o verbo” (PLG I, p. 268).

De fato, o aoristo não é empregado na língua falada, ou seja, “não faz parte dos tempos verbais próprios ao discurso” (PLG I, p. 268). Contudo, ele é empregado espontaneamente por aqueles que mobilizam a língua na narrativa de acontecimentos passados, ou seja, ele não perdeu sua função. Benveniste explica que, para comparar os usos do aoristo há décadas com o da época da escrita do artigo, seria necessário buscar diferentes fontes e fazer inventários com diversos tipos de textos.

É interessante perceber que, aqui, a tradução entra como uma dessas fontes. Não apenas Benveniste menciona a equivalência, mas ele também coloca a tradução como uma dessas possíveis fontes. Na nota de rodapé de número 232 (PLG I, p. 269), que consta no fechamento da discussão supracitada, Benveniste cita dois exemplos de traduções:

Para citar dois exemplos de traduções recentes, o tradutor da novela de Ernest Hemingway intitulada *La grande rivière au coeur double* (na coletânea *The Fifth Column and the forty-nine first stories*, em francês *Paradis perdu*, Paris, 1949) empregou continuamente o aoristo ao longo de quarenta páginas (com o imperfeito e o mais-que-perfeito). Salvo por duas ou três frases de monólogo interior, a narrativa toda, em francês, está disposta nessa relação temporal, porque nenhuma outra era possível. Igualmente, a versão francesa de Heyerdahl, *L'expédition du Kon-Tiki*, apresenta exclusivamente no aoristo, em capítulos inteiros, a maioria da narrativa (PLG I, p. 269, grifos do autor).

Em ambas as traduções, os tradutores empregaram o aoristo em sua maioria, sendo que, na primeira, faz-se o jogo com os tempos verbais imperfeito e o mais-que-perfeito, exceto nas frases de monólogo interior. Se fosse utilizado o perfeito para a narrativa histórica, segundo Benveniste, seria possível ver o quanto o perfeito (*passé composé*) é pouco adequado para essa relação dos acontecimentos narrados.

Na nota de rodapé seguinte, de número 233, Benveniste cita o exemplo de *L'étranger*, de Albert Camus, que usa o perfeito: “É o caso de *L'étranger* de Albert Camus. O emprego exclusivo do perfeito nessa narrativa como tempo dos acontecimentos foi comentado com profundidade, mas sob outro aspecto, por Jean-Paul Sartre, *Situations*, I, p. 117-118” (PLG I, p. 269, grifos do autor). Nesse caso, aponta que seria interessante fazer uma análise dos efeitos de estilo advindos desse contraste entre narrativa objetiva e forma autobiográfica, já que o “perfeito estabelece um laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual a sua evocação se dá. É o tempo daquele que relata os fatos como testemunha, como participante” (PLG I, p. 270).

Pode-se retomar, nessa discussão, o desenvolvimento feito em “A linguagem e a experiência humana” ([1965] PLG II), em que Benveniste afirma que o tempo presente é o tempo da instância de discurso, é o presente que “é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (PLG II, p. 75). O tempo linguístico está ligado ao exercício da fala, tendo seu centro “no *presente* da instância da fala” (PLG II, p. 74, grifos do autor). O enunciado estaria, portanto, em relação com a instância de discurso, sendo organizado temporalmente a partir da categoria de pessoa. Um outro ponto ainda que Benveniste observa é sobre o aoristo só permitir as formas de terceira pessoa, que, como dito antes, é a ausência de pessoa, uma vez que seu efeito é o de não ter um narrador, como se os acontecimentos se narrassem sozinhos.

Após, Benveniste retoma a discussão sobre a relação entre os tempos simples e compostos, que, para ele, é “um grande problema, tanto de estrutura formal como de emprego” (PLG I, p. 271). Há desacordos na distribuição dos tempos nos planos de enunciação, uma vez que o mais-que-perfeito está tanto no plano da história como no plano do discurso, enquanto o

perfeito está somente no plano do discurso. Além das formas compostas, há ainda as sobrecompostas, produzidas pelas compostas. Apesar desse desacordo, é possível reconhecer uma estrutura coerente:

Quadro 3 – Tempos simples, compostos e sobrecompostos do francês

| Tempo simples | Tempo composto | Tempo sobrecomposto |
|-----------------------------------|---|----------------------------|
| <i>il écrit</i> [= “escreve”] | <i>il a écrit</i> [= “escreveu”] | <i>il a eu écrit</i> |
| <i>il écrivait</i> [= “escrevia”] | <i>il avait écrit</i> [= “tinha escrito”] | <i>il avait écrit</i> |
| <i>il écrivit</i> [= “escreveu”] | <i>il eut écrit</i> [= “teria escrito”] | |
| <i>il écrira</i> [= “escreverá”] | <i>il aura écrit</i> [= “terá escrito”] | |

Fonte: Adaptado de PLG I (p. 272).

Percebe-se, na verdade, que a oposição entre essas formas não é temporal. No entanto, *il a écrit* [ele escreveu] funciona como forma temporal do passado. Para sair dessa contradição, Benveniste explica que *il a écrit* [ele escreveu] (perfeito) se opõe de maneiras diferentes a *il écrit* [ele escreve] (presente) e *il écrivit* [ele escreveu] (aoristo). Isso ocorre por conta da dupla conotação que os tempos compostos têm:

- (1) Oposição por *fornecer a cada tempo simples um correlato no perfeito* (compostos formados com *avoir* [ter] ou *être* [ser, estar], que apresenta a noção como “acabada” no momento considerado, e a situação “atual” se dá como resultado desse “cumprimento temporalizado” (PLG I, p. 272). O critério formal das formas do perfeito é a possibilidade de ser construído como verbo de uma proposição livre: *il a écrit* (perfeito de presente), *il avait écrit* (perfeito de imperfeito), *il eut écrit* (perfeito de aoristo), *il aura écrit* (perfeito de futuro). A relação temporal é uma relação paradigmática;
- (2) Oposição que indica *anterioridade*. Benveniste pontua que essa “anterioridade intralinguística” se dá somente em relação ao tempo simples correlativo, ou seja, não se trata de uma anterioridade cronológica. Trata-se, portanto, de uma noção linguística, sem equivalente no tempo do universo físico. Sobre os critérios formais, não podem ser construídos como formas livres e devem ser empregados com formas verbais simples de mesmo nível temporal. A relação temporal é uma relação sintagmática.
Ex.: anterior de presente: *quand il a écrit une lettre (il l’envoie)*.

A distribuição dos tempos em cada um dos planos — do discurso e da narrativa histórica — se dá da mesma forma. E é por causa dessa dupla conotação que o perfeito é membro de dois sistemas. É pela sintaxe, pelo agenciamento, que se decide se ele pertence a uma ou outra categoria.

Em seguida, Benveniste fala da equivalência funcional entre *je fis* (aoristo) e *j'ai fait* (perfeito) [eu fiz]. Trata-se de um processo que ele caracteriza como “de grande alcance e que interessa ao desenvolvimento da língua” (PLG I, p. 274):

É a equivalência funcional entre *je fis* e *j'ai fait* [= “eu fiz”], que discrimina precisamente o plano da narrativa histórica e o plano do discurso. De fato, a primeira pessoa *je fis* não se admite nem na narrativa, por ser primeira pessoa, nem no discurso, por ser aoristo. A equivalência vale também para as outras formas pessoais. É a partir da primeira pessoa que o *processus* deve ter começado: aí estava o eixo da subjetividade (PLG I, p. 274-275, grifos do autor).

Dessa forma, conforme o aoristo vai se especializando como tempo do acontecimento histórico, distancia-se do passado subjetivo, que se associa à marca de pessoa no discurso. O tempo para o locutor que fala de si é o “presente”, e para o que for considerado “acabado”, no passado, será usado o perfeito. *Il fit* (aoristo) destaca o acontecimento do presente, objetivando-o, enquanto *il a fait* (perfeito) coloca o acontecimento passado “em ligação com o nosso presente” (PLG I, p. 275). O sistema do discurso ganha uma distinção temporal, mas perde uma distinção funcional. Quando desliza para o plano da narrativa histórica, de tempo composto se torna tempo simples, tornando necessário um novo tempo, o sobrecomposto, para dar a ideia de acabamento.

Benveniste finaliza fazendo uma síntese e explica que uma tabela de conjugação do verbo francês, que dispõe paradigmas alinhados e uniformes, esconde a estrutura dupla que o sistema formal do verbo tem, “como é dupla essa organização temporal, fundada sobre relações e oposições que são a realidade da língua” (PLG I, p. 276).

Após essa retomada em detalhes do texto, pode-se retomar alguns apontamentos para pensar uma noção de equivalência tradutória.

Quando Benveniste menciona a tradução como uma das fontes possíveis para ver o uso do aoristo ao longo do tempo, ele diz o seguinte: “Entre os textos que serviriam de testemunhos, dever-se-iam incluir também as *traduções*, que nos informam sobre as *equivalências espontâneas* que um autor encontra para fazer passar uma narrativa escrita numa outra língua para o sistema temporal que convém ao francês” (PLG I, p. 269, grifos nossos).

Não acreditamos que, ao mencionar “equivalências espontâneas”, ele esteja desenvolvendo um conceito teórico, mas sim fazendo um uso de um sintagma de natureza lexical, não conceitual. Contudo, acreditamos que seja possível encontrar indícios de uma

possível noção do que poderia ser a equivalência em termos benvenistianos, especialmente porque ele está discutindo os exemplos de tradução.

Ao falar da tradução de uma obra de Ernest Hemingway, do inglês para o francês, Benveniste explica que o tradutor utilizou o aoristo, além do imperfeito e do mais-que-perfeito, todos eles tempos da narrativa histórica. Ou seja, ainda se usa aoristo, e a tradução deixa ver o uso desse tempo como uma equivalência *espontânea* que o tradutor encontra. Sobre o sintagma *equivalência espontânea*, podemos talvez pensar essa espontaneidade como uma equivalência relacionada à atitude do falante diante do sistema linguístico, porque o aoristo é uma possibilidade oferecida pela estrutura da língua francesa ao falante-tradutor.

Há, em outro momento, uma nova menção à equivalência, quando faz uma breve síntese das noções e dos funcionamentos dos dois planos da enunciação previamente discutidos.

Especificamente no plano do discurso, o linguista diz que “Para enunciar fatos passados o discurso emprega o perfeito, que é ao mesmo tempo o *equivalente funcional* do aoristo, logo um tempo, e também algo que não um tempo” (PLG I, p. 271, grifos nossos). Novamente, ele fala em equivalência, mas dessa vez em relação ao funcionamento dos elementos dentro de um mesmo sistema, não tendo uma relação direta com a tradução.

Reiteramos que, assim como no caso anterior, não achamos que se trata de elaborar um conceito. Podemos, no entanto, refletir sobre a composição do sintagma, mas agora com *funcional*. Antes, pensamos na espontaneidade como algo relacionado ao falante. Agora, ao falar em funcional, algo relativo à função, ao falar do emprego do aoristo ou do perfeito, acreditamos que o foco possa estar muito mais no sistema temporal do francês, nas possibilidades a partir do linguístico, do que no falante que mobiliza essas formas.

Além disso, ao pontuar que há diferenças entre o aoristo e o perfeito, podemos nos lembrar do que postulou Saussure sobre o valor linguístico, sobre um signo ser o que o outro não é. O perfeito e o aoristo são equivalentes na função de narrar fatos passados, mas essa redundância é apenas uma aparência, já que há diferenças que mantêm ambos em funcionamento no sistema temporal do francês. Não haveria razão de existir dois tempos que exercem as mesmas funções de maneira idêntica.

Caso fôssemos traduzir o aoristo do francês para o português, o passado da narrativa histórica, no qual os eventos parecem se narrar, será que encontraríamos um tempo verbal exatamente como o aoristo? Se pensamos a língua como um sistema cujos elementos estão em relação, encaramos a tradução como a tentativa de traduzir essa relação com as formas e mecanismos disponíveis no português, por exemplo. Na tradução brasileira de *La peste*, de Albert Camus, traduz-se o aoristo para o pretérito perfeito simples — “sortit” para “saiu”.

Segundo Cunha e Cintra (2017, p. 468), esse tempo verbal “indica uma ação que se produziu em certo momento do passado. É a que se emprega para ‘descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente’”. Será que essa função de intenção histórica não deveria ser pensada por outros elementos do português brasileiro, que não seriam possíveis pensando só pelo tempo verbal?²⁵

De todo modo, é interessante perceber também que a tradução permite ver as relações em jogo em um sistema linguístico e as possibilidades de traduzir essa relação dentro das possibilidades de outro sistema linguístico, nesse caso, o sistema temporal. Pensar a equivalência, a partir desses excertos de Benveniste, permite-nos pensar na equivalência tradutória para além do léxico.

A concepção de língua e linguagem de Benveniste, sobretudo no desenvolvimento desses dois modos de ser e de significar — modo semiótico e modo semântico — nos ajudam a ver que, assim como Saussure descreveu, a língua não é uma lista de termos que nomeiam o mundo. A significação vem da relação interna ao signo, entre significado e significante, enquanto o valor emana das relações entre os signos no interior do sistema. No semântico, é no agenciamento, na sintagmatização, que a palavra tem sentido e ele é especificado, sendo que é sempre um sentido particular.

Sendo assim, não seria possível a palavra ser dotada de um sentido *a priori*, como se tivesse uma essência já preenchida. Pensar a tradução e a equivalência a partir desse desenvolvimento nos leva a refletir que a equivalência não pode ser reduzida a uma comparação entre valores já dados *a priori* na palavra. Pensar a língua como uma lista de palavras preenchidas de sentido de antemão pode levar a uma outra noção de equivalência tradutória, uma equivalência que seria uma questão de encontrar os pares entre línguas diferentes, dada sempre *a priori*, nas palavras tomadas isoladamente. Além disso, ao pensar a língua como tendo duas formas de significar, Benveniste abre a possibilidade de pensar o que traduzimos: a língua-discurso, no caso, a língua em emprego, ou a língua-sistema? Por meio da reflexão do linguista, acreditamos que traduzimos, na verdade, a língua em emprego, ou seja, o domínio semântico, apontado por ele como a possibilidade da tradução, e não a língua-sistema, ou seja, o domínio semiótico, apontado por ele como a impossibilidade da tradução. A partir dos desdobramentos feitos por Benveniste, trazemos para este trabalho uma questão que vemos como principal para

²⁵ Para um estudo dos planos enunciativos no caso da língua portuguesa, cf. “O tempo dos verbos e as relações de pessoa: aspectos sobre os planos enunciativos histórico e discursivo no português” (2022), de Madelaine Santos Lopes, sob a orientação de Alena Ciulla.

se pensar a tradução, que é abordá-la pela noção de significância da língua, seus dois modos de significar: o semiótico e o semântico.

4 LINGÜÍSTICA E TRADUÇÃO: ENCONTROS A PARTIR DE UMA LEITURA DE BENVENISTE E E JAKOBSON NA FORMAÇÃO DE TRADUTORES

“A pergunta pode surpreender, como tudo o que parece questionar a evidência, mas às vezes é útil pedir à evidência que se justifique”.

(“Da subjetividade na linguagem”, Émile Benveniste)

A frase que abre essa parte do trabalho foi formulada por Benveniste ao refletir sobre a afirmação de que a linguagem é um instrumento de comunicação. Segundo ele, “a que deve ela essa propriedade?” (PLG I, p. 284). Não iremos nos deter nessa discussão, mas iremos nos inspirar no movimento feito pelo linguista: o de questionar a evidência.

Dessa forma, esse segundo encontro, entre uma tradutora e dois linguistas, deu-se em termos de inquietação e hesitação diante de uma visão de evidência que alguns termos comportariam, uma aparente univocidade, homogeneidade, consenso e transparência de conceitos teóricos, como *língua*, *tradução* e *equivalência*. Essas inquietações começaram nas disciplinas de Semântica do Texto, com a professora Ana Zandwais e com o professor Valdir Flores. Em uma aula, o professor fez a seguinte questão: “alguém poderia pensar sobre a equivalência tradutória a partir dos estudos enunciativos de Benveniste”. Portanto, esse segundo encontro se dá via Flores (2019).

No entanto, antes de começarmos a abordar esse segundo encontro, fazemos uma breve retomada aqui do primeiro encontro, discutindo os textos de Jakobson e de Benveniste. Além disso, antes de pensar o que é equivalência em um quadro teórico de Benveniste e de Jakobson, fizemos inicialmente um recuo, questionando o que é uma equivalência na tradução. Dizer que *equivalência* é “dizer o mesmo”, ou ainda que *traduzir* é “passar uma mensagem produzida em uma língua para uma outra língua” pode ser o suficiente para uma reflexão inicial, mas, para nós, não pareciam o suficiente para compreender essas noções em termos de teoria.

Ao longo da formação no Bacharelado em Letras, são múltiplas as possibilidades de refletir sobre a tradução. A via tomada aqui é uma visão particular da tradução enquanto fenômeno presente nas línguas e na linguagem, antes mesmo de ser um fazer prático apenas no âmbito profissional da tradução.

Para nós, é fundamental um recuo que questione até mesmo os termos que aparentam uma simplicidade e univocidade sobre seu significado antes de partir para uma reflexão sobre o aspecto prático. Em outras palavras, é importante que uma prática seja embasada pela teoria, que esteja em relação direta com um pensamento que articule prática e teoria.

A afirmação do professor, que poderia ter sido tomada apenas como uma sugestão de trabalho de conclusão de curso ou de artigo científico, foi, na verdade, um divisor de águas na formação. Diversas perguntas surgiram a partir desse momento. A primeira delas foi a seguinte: o que é equivalência tradutória? O espanto se deu justamente pela ausência de uma reflexão teórica prévia enquanto tradutora.

Além do questionamento dessas aparentes evidências, há ainda a possibilidade de pensar esses termos a partir dos estudos da linguagem. Flores (2019) aponta que se pode estudar equivalência e tradução a partir de Jakobson e Benveniste, principalmente por algumas semelhanças de formulações em textos de ambos os linguistas. Dentre tantas questões que um linguista pode se ocupar, a tradução é uma delas. Especificamente em “O falante a tradução: a condição tradutória”, Flores abre o capítulo abordando a importância do texto de Jakobson — “Aspectos linguísticos da tradução” — para os estudos da tradução. Assim como teve uma recepção positiva por parte de alguns teóricos (George Steiner, Umberto Eco, Michaël Oustinoff), foi igualmente alvo de críticas por parte de outros (Jacques Derrida, Anthony Pym).

Nas palavras de Flores,

Em minha opinião, o reconhecimento se deve ao fato de o texto enfrentar questões fundamentais — e polêmicas —, quando se busca olhar a tradução por um viés da significação linguística. É inegável o alcance heurístico que o artigo tem, em especial, graças à elaboração de um pensamento sobre tradução que está articulado a uma teoria geral da língua e da linguagem (Flores, 2019, p. 214-215).

Dessa forma, apesar de o objeto teórico de Jakobson não ser única ou especificamente a tradução, uma vez que aborda a significação na língua, é a partir da tradução que sua reflexão e análise são operadas. E Flores ainda aponta que “Não se pode negar que a palavra ‘equivalência’ é central em ‘Aspectos linguísticos da tradução’”, apresentando-a como “problema de ‘linguagem’” (Flores, 2019, p. 231).

Mas o que significa apresentar a equivalência como “problema de linguagem”? Para Jakobson, o espécime linguístico só pode ser interpretado se houver tradução dos signos entre signos de um mesmo sistema ou de outro, ou seja, a tradução ou *interpretação* é inerente às línguas. Para Flores, há uma ampliação do escopo da tradução: “ela deixa de ser um procedimento técnico circunscrito e passa a ser uma questão de linguagem, portanto, ampla” (Flores, 2019, p. 232). Em outras palavras, a tradução passa a ser vista para além de uma técnica, de forma a ser pensada em sua relação com as línguas e a linguagem. A tradução e a equivalência seriam próprias da linguagem, não algo exterior e adicionado *a posteriori*.

Como previamente mencionado, em dado momento do capítulo, Flores propõe que há uma aproximação possível entre as formulações de Jakobson no texto supracitado e em algumas formulações de Benveniste.

Em “Aspectos linguísticos da tradução”, Jakobson explica que a faculdade metalinguística, ou seja, a capacidade que o falante tem de falar sobre a própria língua, é constitutiva da língua, e sendo a língua constitutiva do falante, Flores acredita ser possível pensar que a língua do tradutor está em jogo na tradução: “Em outras palavras, o falante, para traduzir, parte de sua própria língua. Embora essa ideia não esteja explícita no texto de Jakobson, é plausível admiti-la. Afinal, é a partir de sua língua que o falante ‘interpreta’ as línguas” (Flores, 2019, p. 242). Ainda segundo Flores, há uma ideia semelhante em “Categorias de pensamento e categorias de língua” ([1958] PLG I). De modo breve, Benveniste analisa, nesse texto, a noção de “ser”, presente em grego, na língua ewe (língua falada no Togo e em Gana). Ele, então, aponta que essa análise se dá a partir do exterior da língua ewe, não do interior, ou seja, parte-se do grego. É a partir da nossa língua que operamos em relação às outras.

No texto de Flores, essa aproximação se dá evidenciando o papel central do falante na atividade metalinguística, tomando a tradução como uma possibilidade de ver as diferenças e semelhanças entre línguas relacionadas a esse falante. E ele conceitua a tradução nos seguintes termos: “A tradução acompanha a faculdade de falar; ela não é algo que acontece por acréscimo com o falante; não se trata de adquirir uma competência ou mesmo de desenvolvê-la; a tradução é algo que está na natureza do falante e, por conseguinte, da língua” (Flores, 2019, p. 243).

Em Benveniste, há um fato notável a ser considerado na tradução, que é, segundo Flores, a modelagem imposta pelas línguas em relação ao que se quer dizer, “o que se coaduna com a ideia de Jakobson segundo a qual as línguas diferem entre si pelo que obrigam a dizer e não pelo que facultam dizer” (Flores, 2019, p. 243). Dessa forma, ambos os linguistas abordam as diferenças entre línguas e como isso se dá no funcionamento linguístico, pensando, sobretudo, na faculdade metalinguística.

É por isso que, a partir de uma aproximação entre duas formulações feitas, uma por Jakobson e a outra por Benveniste, propomos desenvolver esse apontamento de Flores (2019), buscando entender os alcances — possibilidades ou até mesmo impossibilidades — desse primeiro encontro teórico entre os linguistas.

Pensamos, portanto, na possibilidade de nos inspirarmos na leitura que Normand fez sobre um encontro entre Benveniste e Saussure. Em seguida, desenvolvemos, brevemente, cada um dos textos selecionados como *corpus*. Sistematizaremos também nossa proposta de encontro e apresentaremos nossa análise.

Esse segundo encontro é uma inspiração, mas formulado à nossa maneira. Propomos, portanto, a partir de um deslocamento da ideia de encontro proposta por Normand, um outro encontro: um encontro de uma tradutora em formação com dois linguistas, diante da inquietação e do questionamento daquilo que se apresenta, muitas vezes, como evidente no fazer tradutório.

A formação de tradutores é ampla e os pontos de vista pelos quais é possível pensá-la são múltiplos. Contudo, fez-se necessário, ao longo da formação prática, um amparo teórico. Esse movimento está na base do presente trabalho e é ele que defendemos: é preciso que o tradutor pense, durante a sua prática, na base do seu fazer: a língua. Não falamos da língua particular, ou idioma, mas da teorização de um objeto, que não se confunde com o idioma em si. A inserção na iniciação científica e as mais diversas leituras dos estudos da linguagem foram ensinando o rigor necessário para a reflexão teórica.

A primeira questão, inicialmente, será agrupar algumas formulações que podem ser consideradas semelhantes. Vamos colocá-las lado a lado para facilitar a discussão (Quadro 4):

Quadro 4 – Formulações de Jakobson e de Benveniste

| “Aspectos linguísticos da tradução”, Jakobson | “Categorias de pensamento e categorias de língua”, Benveniste |
|---|---|
| “Toda a experiência cognitiva pode ser traduzida e classificada em qualquer língua existente” (Jakobson, [1959] 1995, p. 67) | “Podemos dizer tudo, e podemos dizê-lo como queremos” ([1958] PLG I, p. 68). |
| “A ausência de certos processos gramaticais na linguagem para a qual se traduz nunca impossibilita uma tradução literal da totalidade da informação conceitual contida no original” (Jakobson, p. 67) | “É o que se pode <i>dizer</i> que delimita e organiza o que se pode pensar” ([1958] PLG I, p. 76, grifos no original). |
| “As línguas diferem essencialmente naquilo que <i>devem</i> expressar, e não naquilo que <i>podem</i> expressar” (Jakobson, [1959] 1995, p. 69) | “Nenhum tipo de língua pode por si mesmo e por si só favorecer ou impedir a atividade do espírito” ([1958] PLG I, p. 80). |

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Jakobson ([1959] 1995) e Benveniste ([1958] PLG I)

Após a leitura dos textos, selecionamos esses trechos por questões de semelhança *a priori*. No entanto, acreditamos que seja necessário, por mais paradoxal que possa parecer, ir além da mera constatação, promovendo um recuo para as questões de cada um dos autores. Dessa forma, mais do que aproximar formulações, achamos importante que primeiro pensemos no objeto e nas questões que cada autor levanta sobre ele, além de pensar nos conceitos que amparam essa reflexão.

Portanto, o encontro entre uma tradutora e dois linguistas se deu em termos de uma procura *en train de se faire* e que de forma alguma se esgota neste trabalho. Explicaremos melhor. As disciplinas de tradução são majoritariamente compostas pela prática, pelo se descobrir tradutor. Esse passo foi fundamental para que questões surgissem, já que é no ato de traduzir que nos colocamos efetivamente em uma posição de tradutor.

A partir do aspecto prático, algumas questões foram surgindo, sendo, a maior delas, o que seria equivalência. Num primeiro momento, a equivalência parecia apenas mais um dos tantos problemas de tradução que poderiam surgir, como um item dentre tantos outros que compõem as questões de tradução. Mas é interessante que mesmo pensando que ela faria parte de um conjunto maior, não conseguimos, ao menos nesse momento, elencar quais seriam os outros itens.

Além disso, o ato de traduzir e de ler teorias foi dando respostas, mas também levando a tantas outras: ao ler “A forma e o sentido na linguagem”, de Benveniste, uma nova noção de língua se apresentou, uma língua cuja significação se dá em dois modos distintos. Pensar a língua enquanto sistema, mas também enquanto discurso foi fundamental para começar a questionar sobre o que efetivamente traduzimos. Usar dicionários, glossários e gramáticas é parte indispensável da prática, mas eles dariam conta dos questionamentos feitos neste trabalho? Acreditamos que não.

Ao ler Benveniste e Jakobson, surge um outro questionamento: tem como falar sobre tradução sem antes pensar o que é língua? Se for necessário pensar sobre língua, falamos de língua no sentido de um idioma específico? Inclusive, essa pergunta é inquietante quando se pensa na equivalência, já que achar soluções de equivalência entre línguas resolve problemas pontuais, mas não fornece soluções universais, unívocas e permanentes. Aliás, pensamos que achar soluções universais e permanentes quando se fala em linguagem, língua e línguas particulares não é possível.

Alertamos desde já que nem todas as perguntas feitas estão acompanhadas de respostas.

A partir de leituras feitas em Saussure, um primeiro passo foi dado. Quando Saussure explica que “é o ponto de vista que cria o objeto” (CLG, p. 15), estamos diante de uma

instauração de uma linguística que coloca como objeto a língua enquanto sistema de signos, independentemente das línguas particulares. Não se deve confundir, portanto, língua-sistema e a língua francesa, inglesa ou coreana, por exemplo. A formulação de língua enquanto objeto teórico é uma abstração de algo que pode efetivamente se realizar nas línguas particulares, mas são possibilidades.

Mas acreditamos que esse mesmo modo de reflexão deve ser feito em relação à tradução. O que é *tradução*? Na esteira da reflexão de Eco (2007), o que é *traduzir*? Traduzir é apenas o ato de tradução? Traduzir é apenas passar mensagens de uma língua para a outra? A jornada iniciada antes da efetiva produção deste trabalho se deu a partir desse tipo de questionamento, especialmente em relação aos termos ou palavras mobilizadas para explicar teoricamente a tradução e a equivalência tradutória.

Faremos, então, esses mesmos questionamentos em relação aos autores aqui selecionados e em seus respectivos textos, que compõem o *corpus* de pesquisa.

Jakobson ([1959] 1995), como dito anteriormente, propõe uma reflexão sobre o significado linguístico, mobilizando as noções de *interpretação* e de *tradução*. A partir da nossa leitura, compreendemos que o linguista desloca a questão do significado na língua de uma problemática que coloca língua e realidade em relação direta, quase como uma rotulação de coisas no mundo externo à língua, para uma noção de língua enquanto um conjunto em que as palavras adquirem significado a partir da interpretação por outras. Tradução é a forma pela qual ele nomeia os modos de interpretação possíveis na mesma língua (intralingual), entre línguas distintas (interlingual) ou entre sistemas diferentes, sendo um verbal e o outro não verbal (intersemiótica).

Sendo assim, tradução entre línguas distintas, como conhecemos enquanto técnica, é apenas uma das possibilidades de tradução. Reduzir o texto de Jakobson à tradução interlingual é reduzir uma discussão linguística riquíssima, que pensa a significação na língua por ela mesma.

Para Jakobson, não é preciso saber o gosto ou o cheiro do queijo para saber o que é “queijo”, colocando como uma necessidade que se tenha um conhecimento não linguístico para entender o significado na língua. Ou seja, o significado não é uma questão referencial ou cognitiva, mas sim linguística.

Independentemente da língua, pode-se chegar ao significado a partir dos próprios elementos da língua, o que pode nos remeter à formulação saussuriana de língua enquanto sistema de signos. Mas é preciso ter cuidado: Jakobson não menciona Saussure, pelo menos não explicitamente, e sequer utiliza os conceitos saussurianos explicitamente. Temos em

Jakobson os termos *língua, linguagem, palavra, signo linguístico e significado*, mas não *valor e significante*, por exemplo. Isso não significa dizer que não possa haver relações a serem estabelecidas entre eles, mas estamos apenas no terreno das possibilidades e hipóteses.

Quando Jakobson diz que “Será necessário recorrer a tóda uma série de signos lingüísticos se se quiser fazer compreender uma palavra nova” ([1959] 1995, p. 64), podemos pensar em um significado linguístico que advém da relação entre o que compõe essa língua, cujos elementos estão em relação para definir uns aos outros. Cada língua particular, portanto, possui sua lógica interna, o que leva à questão da equivalência. Não necessariamente haverá equivalência completa entre diferentes palavras, como é o caso do russo *syr*.

A tradução da qual falamos neste trabalho, a interlingual, para Jakobson, diz respeito a “duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” ([1959] 1995, p. 65). Mensagem e código são conceitos que ele aborda já em outros textos. O código seria uma língua.

A nosso ver, a grande questão em Jakobson é que ele aborda a tradução não enquanto uma atividade, uma “técnica”, mas sim como um funcionamento próprio da língua. Efetivamente, ele parece se focar em línguas particulares, mas, ainda assim, há um deslocamento fundamental de uma relação língua-mundo, assim como Saussure o fez ao dizer que a língua não é uma lista de termos ou rótulos para o mundo (CLG, 1975).

Já Benveniste, ao falar que a forma linguística empresta seus quadros ao pensamento, permite-nos pensar que a língua possui formas que estão em relação. Ao dizer que “a língua é uma estrutura enformada de significação” ([1958] PLG I, p. 80), também pode remeter ao que Saussure postulava, de que a combinação entre pensamento e som compõe uma forma, não uma substância (CLG, 1975, p. 131).

Parece-nos, portanto, que há efetivamente pontos de convergência entre Benveniste e Jakobson, pelo menos nos textos aqui analisados. Mesmo que os termos utilizados sejam diferentes — Benveniste fala em sentido e significação, enquanto Jakobson fala em significado linguístico —, parece-nos que a língua é pensada em termos de relações internas ao próprio sistema, afastando-se de uma visão referencialista de língua. Jakobson discute que se sabe o significado linguístico de “queijo”, mesmo que não se tenha contato direto com o objeto. Benveniste tece suas considerações sobre a significação na língua sem se referir aos objetos no mundo. Além disso, ambos parecem postular um primado da estrutura da língua sobre seus elementos, já que eles estão todos em relação e a significação viria disso.

Em Benveniste, temos o trecho a seguir: “há aqui necessariamente uma mistura sutil de liberdade no enunciado da idéia e de restrição na forma deste enunciado, que é a condição de toda a atualização da linguagem” (PLG II, p. 232). Na nota manuscrita também temos: “Como

consequência, a inteligência pode ‘querer dizer’ alguma coisa que é, em alguma medida, exterior à linguagem e que a língua compõe com a ajuda de palavras que possuem sua significação própria, e cujo agenciamento produz o que a inteligência ‘quer dizer’” (Benveniste, 2016, p. 37, tradução nossa, grifos do autor)²⁶. Jakobson discorre que “Será necessário recorrer a toda uma série de signos lingüísticos se se quiser fazer compreender uma palavra nova” (Jakobson, [1959] 1995, p. 64). E esses são apenas alguns exemplos de como os elementos estão em relação dentro do sistema da língua e no que isso acarreta em termos de significação.

Além disso, ambos os autores mencionam a faculdade metalingüística. Segundo Benveniste, “A faculdade metalingüística, a que os lógicos têm estado [*sic*] mais atentos do que os lingüistas, é a prova da situação transcendente do espírito ‘vis-a-vis’ da língua em sua capacidade semântica” (PLG II, p. 233). Já Jakobson fala também nisso: “A faculdade de falar determinada língua implica a faculdade de falar acerca dessa língua” (Jakobson, [1959] 1995, p. 67). É por ser possível falar sobre a língua e refletir acerca dela que se chega ao significado lingüístico, que, por sua vez, é alcançado dessa forma.

A questão da equivalência já precisa de uma discussão maior. Jakobson a formula a partir da ideia de “equivalência na diferença”, mas Benveniste não menciona tão categoricamente, não no texto das categorias. Contudo, em outros textos, Benveniste fala sobre equivalência ou esboça algo que poderia remeter a ela. Em “A forma e o sentido na linguagem”, Benveniste afirma

De mais, a conversão do pensamento em discurso se assujeita à estrutura formal do idioma considerado, isto é, à organização tipológica que, segundo a língua, faz predominar tanto o gramatical quanto o lexical. No entanto, falando grosseiramente, o fato de que se pode “dizer a mesma coisa” numa como noutra categoria de idiomas é a prova, por sua vez, da independência relativa do pensamento e ao mesmo tempo de sua modelagem estreita na estrutura lingüística (PLG II, p. 233).

Quando fala em “dizer a mesma coisa”, isso pode nos remeter ao que se fala normalmente sobre a equivalência na tradução. O próprio Umberto Eco escreveu uma obra intitulada *Quase a mesma coisa*, em que discute sobre a equivalência e a tradução.

Entre “Aspectos lingüísticos da tradução” e “Categorias de pensamento e categorias de língua”, um dos pontos de convergência que pensamos haver consta nos seguintes trechos: “As línguas diferem essencialmente naquilo que devem expressar, e não naquilo que podem expressar” (Jakobson, [1959] 1995, p. 69) e “É o que se pode dizer que delimita e organiza o que se pode pensar” ([1958] PLG I, p. 76, grifos no original).

²⁶ No original: “Certes, mais à prendre l’homme tel qu’il fonctionne avec le langage, on peut dire ceci : le langage forme sans aucun doute l’intelligence, mais l’intelligence se dégage du langage, s’en sert, le domine, le modèle, à l’intérieur — disons-le clairement — de la structure que le langage lui impose”.

No texto de Benveniste, a discussão é sobre a relação entre linguagem e pensamento, concluindo que a língua não impossibilita o dizer, mas *como* dizer. A estrutura da língua se impõe e delimita o dizer. O texto de Jakobson menciona que a experiência cognitiva pode ser traduzida e que a diferença entre línguas está no que se deve expressar e não na possibilidade ou não de expressar. As diferenças não impedem uma aproximação. Além disso, Jakobson está discutindo o significado na língua, o que também é uma questão para Benveniste, assim como Barthes já mencionou, sobre a significação ser fundamental nos estudos de Benveniste.

Há, contudo, duas ressalvas que precisam ser enunciadas antes de qualquer possibilidade de articulação entre os linguistas e a tradutora.

A primeira é a de que, como pontuamos acima, há mais aproximações entre os teóricos se pensássemos a partir de “A forma e o sentido na linguagem” ([1967] PLG I) ou ainda da nota manuscrita inacabada sobre tradução, “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016), sobretudo porque há uma anotação na nota manuscrita que a situaria na mesma década em que o texto sobre a forma e o sentido foi produzido e no mesmo evento para o qual o texto foi produzido (Ramos; Rosário, 2023). Nestes textos, Benveniste aborda também a tradução e de maneira mais explícita, mas pensando na tradução entre línguas ao que tudo indica. Na nota manuscrita, Benveniste pensa na *equivalência literal* como aquela que se dá entre os signos, enquanto a equivalência global não se daria entre signos. Será que a equivalência literal não seria uma semelhança de sentido no domínio semiótico, entre os signos, em uma relação paradigmática, enquanto a equivalência global se daria na frase, no domínio semântico, em uma relação sintagmática? Em “As relações de tempo no verbo francês”, Benveniste também fala em equivalência, a *equivalência funcional* e a *equivalência espontânea*. Não iremos nos deter agora nessa questão, uma vez que ela será desenvolvida em um trabalho futuro, mas achamos importante já registrar que ainda há pontos que estamos apenas começando.

A segunda é sobre o fato de que não necessariamente ambos tenham a mesma noção de língua e a mobilizem para pensar sobre a mesma problemática. Contudo, isso não os separa completamente, apenas coloca a necessidade de ter um cuidado ao tentar ver os pontos de convergência, para que não se ignore a problemática que subjaz esse objeto e que conceitos estão ligados a ele.

Acreditamos que, embora os termos devam ser vistos cuidadosamente, ambas as perspectivas teóricas trazem algo muito valioso para este fechamento de ciclo na formação de tradução: trabalhar a tradução enquanto técnica e produzir soluções de tradução é parte da rotina de todo e qualquer tradutor e discutir a prática tradutória enriquece o repertório e prepara o profissional. No entanto, preparar o tradutor para uma reflexão sobre a língua, a base do seu

trabalho, possibilita um olhar mais cuidadoso para o fazer tradutório, para o fato de que cada língua encerra em si suas próprias particularidades e que isso é constitutivo de todo sistema linguístico.

A partir de uma reflexão que pensa o funcionamento das línguas, pode-se dizer muito sobre o ato de traduzir, mas também sobre a reflexão linguística que se faz necessária ao traduzir. Por isso, buscamos agora pensar em que termos se dá esse encontro de uma tradutora com dois linguistas, ao longo da formação de tradutores. Esse encontro deixou seus rastros na formação de tradução e na prática profissional, uma vez que ele possibilitou vislumbrar a reflexão linguística que constitui o traduzir, valorizar o processo, não reduzir a tradução a um mero produto. Além disso, esse encontro permitiu entender que buscar equivalências não é lidar com algo externo à língua, mas sim com algo que é intrínseco ao funcionamento de qualquer língua. Vamos entender o significado de *queijo*, *cheese*, 치즈, *fromage*, sem necessariamente ter uma relação direta com o objeto no mundo.

A equivalência em geral²⁷, portanto, não se reduziria a uma relação entre uma palavra e um objeto no mundo, que o tradutor teria que dar conta de unir, só que em outra língua ainda. Umberto Eco faz uma discussão sobre a equivalência, que poderia ser referencial, quando os referentes ainda são os mesmos, ou conotativa, dando conta das associações e reações emotivas que podem ser suscitadas na mente do ouvinte ou do leitor. O significado das palavras viria do contexto, inclusive um que seria exterior à língua:

As palavras assumem significados diversos segundo o contexto. Para fazer referência a um exemplo célebre, *bachelor* pode ser traduzido como *solteiro*, *scapolo*, *celibataire* [solteiro] em um contexto humano possivelmente ligado a questões atinentes ao matrimônio. Em um contexto universitário e profissional pode ser uma pessoa que recebeu um BA e, em um contexto medieval, o pajem de um cavaleiro. Em contexto zoológico, é um animal macho, como uma foca, que fica sem companheira durante a estação do acasalamento (Eco, 2007, p. 33, grifos no original).

Equivalência seria, dessa forma, uma questão de traduzir palavras e considerar os contextos, buscando reproduzi-los em outra língua. Mas o que acontece se o valor da palavra não for encontrado em outra língua? É só tomar o exemplo do coreano: 누나 [noona] pode ser traduzido como “irmã mais velha”, sendo esta a tradução canônica. Contudo, trata-se de um vocativo usado quando um homem mais novo se dirige a uma mulher mais velha, seja ela sua amiga, alguma mulher da família ou uma namorada. No português brasileiro, não temos uma palavra que signifique “exatamente a mesma coisa”, sequer “quase a mesma coisa” em uma só palavra ou formulação. Há outras formas, como “amor”, “irmã/mana”, “amiga”, ou chamar por

²⁷ Fazemos essa distinção, pensando que há uma discussão sobre equivalência no campo da terminologia especializada e que evoca outras reflexões que não serão abordadas neste trabalho.

um nome ou apelido, mas não há um vocativo específico para essa relação que se constrói pela língua.

Antes de concluir esse segundo encontro, trazemos os pontos de convergência entre Benveniste e Jakobson sistematizados (Quadro 5):

Quadro 5 - Pontos de convergência entre Jakobson e Benveniste

| “Aspectos linguísticos da tradução” (1959) | “Categorias de pensamento e categorias de língua” (1958) | “A forma e o sentido na linguagem” (1966/1967) | “La langue, la traduction et l’intelligence” (2016) | “As relações de tempo no verbo francês” (1959) |
|--|--|---|--|--|
| <p>Significado na língua por meio da interpretação (tradução) entre os signos</p> <p>Significação na língua sem relação com o objeto/realidade</p> <p>Relações dos elementos do sistema da língua</p> <p>Faculdade metalinguística</p> <p>Possibilidade da tradução</p> <p>Equivalência na diferença</p> <p>Língua não impossibilita o dizer, mas como dizer</p> | <p>Linguagem e pensamento: Pensamento recebe forma na língua</p> <p>Língua pode ser olhada por ela mesma, o pensamento não</p> <p>Relações dos elementos do sistema da língua</p> <p>Independência do pensamento em relação às línguas particulares, mas não em relação à estrutura da língua</p> <p>O que se pode dizer delimita o que se pode pensar</p> | <p>Língua tem dois modos de significar: <i>semiótico</i> e <i>semântico</i></p> <p>Relações dos elementos do sistema da língua</p> <p>Liberdade para enunciar, restrição na forma do enunciado</p> <p>Traduz-se o semântico (língua em emprego), não o semiótico (língua enquanto sistema)</p> <p>Faculdade metalinguística</p> | <p>Linguagem e pensamento: linguagem forma a inteligência, mas a inteligência se desprende da linguagem</p> <p>Possibilidade da tradução: o “querer dizer” para além das palavras</p> <p>Equivalência literal</p> <p>Equivalência constatada</p> <p>Tradução literal</p> | <p>Relações de tempo na língua em emprego</p> <p>Tradução como uma das fontes possíveis para ver os usos do aoristo no sistema verbal do francês</p> <p>Equivalência funcional</p> <p>Equivalências espontâneas</p> |

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Jakobson (1959) e de Benveniste (1958, 1959, 1966/1967, 2016)

Dessa forma, elencamos os pontos de convergência constatados entre os linguistas. São eles: (1) ambos tratam da tradução em um contexto de estudo linguístico, (2) mencionam a equivalência em discussões sobre o significado linguístico, (3) apontam para a possibilidade da tradução apesar das diferenças entre as línguas. A tradução e a equivalência comparecem, portanto, nos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa, como fenômenos de linguagem, que, por isso, ocorrem nas línguas particulares. Isso significa que a tradução é um local de observação do funcionamento do linguístico, não apenas um procedimento técnico feito por meio das línguas enquanto idiomas. Olhar para a tradução a partir desses apontamentos dos linguistas possibilita deslocar a discussão de um ponto de vista técnico, que reduziria a tradução a uma prática profissional apenas, para pensar em aspectos próprios da linguagem, da língua e das línguas e que podemos observar na tradução. Ao mesmo tempo, observar o funcionamento linguístico também contribui para a formação dos tradutores, uma vez que a língua é a base com a qual o tradutor trabalha.

A partir desse primeiro encontro que colocou em relação as formulações de Jakobson e de Benveniste, no *corpus* selecionado, a reflexão que se deu no segundo encontro, tradutora-linguistas, foi realizada por um viés linguístico. Isso significa que a tradução foi pensada a partir de um ponto de vista que considera as relações que podem ou não se dar entre cada sistema linguístico durante o traduzir. Quanto às diferenças, elas não foram vistas enquanto impossibilidade, e a ausência de equivalência completa também deixou de ser um fator de impossibilidade.

Especificamente sobre a equivalência tradutória, quem sabe a equivalência seja algo maior na tradução, uma parte constitutiva? Ou ainda, parafraseando Benveniste, que diz em “A natureza dos pronomes” ([1956] PLG I, p. 277), que a universalidade dessas formas, dos pronomes, “faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem”. Não falamos aqui em termos de universalidade, mas acreditamos que o fato de a equivalência parecer ocupar um espaço maior na tradução do que geralmente se atribui pela seguinte questão: a equivalência tradutória é algo intrínseco à tradução por ser um problema de linguagem e um problema de línguas. Antes, ela era vista como um dos procedimentos (encontrar equivalências), em um nível meramente lexical (substituir uma palavra da língua A para uma da língua B). Hoje, no entanto, pensamos que ela é mais central do que parece, como algo que permeia a tradução praticamente o tempo todo e que pode se expandir para além do léxico. Ou melhor, que ela constitui a tradução justamente porque tudo isso se dá na língua e por meio da língua.

Talvez o presente trabalho traga mais dúvidas do que soluções, mas o objetivo sempre foi dividir inquietações e chamar para mais interlocuções. De certa forma, é assim que encaramos a pesquisa e o diálogo no âmbito universitário e foi assim que a formação dessa tradutora se deu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo propor uma reflexão sobre a tradução e a equivalência tradutória a partir de dois encontros: (1) um encontro a partir da proposta de aproximação entre formulações de Benveniste e de Jakobson, conforme apontou Flores (2019); (2) um outro encontro, dessa vez de uma tradutora com esses dois linguistas para pensar sobre o fazer tradutório por uma perspectiva da língua. Não se trata de uma mera substituição de foco da tradução enquanto ato que se dá entre línguas-idiomas, mas de instaurar um novo objeto e pensá-lo a partir de outros conceitos, ou seja, de pensar teoricamente sobre o que é tradução e equivalência de um ponto de vista teórico, que não se reduz a uma língua específica. Significa recuar diante de evidências, de uma ideia de que sabemos de antemão o que é *tradução*, o que é *língua*. Pensar teoricamente sobre um objeto requer a definição dos termos e a formulação da problemática.

O encontro com linguistas resultou em uma prática de tradução afetada por reflexões de outra ordem, questionamentos aparentemente básicos e, para alguns, dispensáveis, mas que se mostraram essenciais.

Longe de ser um encontro no sentido mais recorrente, de encontro e interação no mesmo espaço e tempo, o encontro aqui proposto começou com Normand falando sobre Saussure e Benveniste, mas seguiu também seus próprios caminhos. E aqui a travessia, tal como Guimarães Rosa enfatizou em *Grande Sertão: Veredas*, foi fundamental. Uma tradutora encontrou dois linguistas ao longo de uma formação, buscando neles o aspecto teórico que a inquietava. Buscou respostas, encontrou-as, mas também encontrou outras perguntas, por exemplo, a tradução não seria uma enunciação em curso? Se sim, o que isso implica para pensar a equivalência? Qual é o lugar da equivalência em relação à tradução?

Finalizamos salientando que o encerramento desse ciclo não significa o encerramento da discussão. Há muito ainda a ser dito sobre a equivalência tradutória, sobretudo nos estudos da linguagem. O próximo passo será, na pós-graduação, revisitar textos sobre equivalência, sobretudo os que foram produzidos nos estudos da tradução, buscar, no campo da enunciação, outras noções relevantes para a discussão, tais como frase e discurso, assim como se há uma noção de equivalência possível em Benveniste para, só depois, ver como essa reflexão pode contribuir para a formação de tradutores.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico: dificuldades e recursos. *In*: BARISON, Thiago (Org.). **Teoria marxista e análise concreta: textos escolhidos de Louis Althusser e Étienne Balibar**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 83-114.
- BARBISAN, Leci Borges; FLORES, Valdir do Nascimento. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. *In*: NORMAND, Claudine; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (org.). **Convite à linguística**; tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 7-22.
- BARTHES, Roland. Por que gosto de Benveniste. *In*: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3. ed. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 207-213
- BENVENISTE, Émile. Categorias de pensamento e categorias de língua. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 68-80.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 277-283.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 284-293.
- BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.*; revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 220-242.
- BENVENISTE, Émile. **Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)**. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- BENVENISTE, Émile. La langue, la traduction et l'intelligence. *In*: FENOGLIO, Irène (org.). **Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture**. Paris : Éditions du Seuil, 2016. p. 37-44.
- BLIKSTEIN, Izidoro. Prefácio. *In*: JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 79-91.
- DOSSE, François. O homem-orquestra: Roman Jakobson. *In*: DOSSE, François. **História do estruturalismo, v. I: o campo do signo, 1945-1966**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa: experiências de tradução**. Tradução de Eliana Aguiar; revisão técnica de Rafaella Quental. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HOFF, Sara Luiza. **A nota “La traduction, la langue et l'intelligence”**: o fenômeno tradutório na e a partir da reflexão sobre a linguagem de Benveniste. 2023. 210 f. Dissertação (Mestrado)

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

HOFF, Sara Luiza. “**Mas guardemos isso: não há língua má**”: as línguas na teoria da linguagem de Benveniste. 2023. 287 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento de. **Saussure e Benveniste no Brasil**: quatro aulas na École Normale Supérieure. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. O falante e a tradução — a condição tradutória. FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 213-244.

FLORES, Valdir do Nascimento. A Linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. **Revista Humanidades e Inovação**. Palmas, v. 9 n. 4, fev. 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7139>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FREISLEBEN, Larissa Colombo. Sobre a Noção de Função Histórica: uma leitura de *As relações de tempo no verbo francês*, de Émile Benveniste. 2021. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

JAKOBSON, Roman. Aspects linguistiques de la traduction. In: JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale**. Paris : Les Éditions de Minuit, 1963. p. 78-86.

JAKOBSON, Roman. On Linguistic Aspects of Translation. In : BROWER, Reuben Arthur. **On Translation**. London: Harvard University Press, 1959.

JAKOBSON, Roman. Shifters, verbal categories, and the Russian verb. In: JAKOBSON, Roman. **Selected Writings**. Vol. II - Word and Language. The Hague: Mouton, 1971.

JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. In: JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução de José Paulo Paes e Isidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995. p. 79-91.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Fátima de Sá Correia *et al.* São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LOPES, Madelaine Santos. **O tempo dos verbos e as relações de pessoa**: aspectos sobre os planos enunciativos histórico e discursivo no português. 2022. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

MILNER, Jean-Claude. Benveniste II : *Ibat obscurus*. In : MILNER, Jean-Claude. **Le périple structural**. Lagrasse : Verdier/poche, 2008. Original publicado em 2002. P. 121-158.

MILNER, Jean-Claude. Jakobson : À Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie. *In* : MILNER, Jean-Claude. **Le périple structural**. Lagrasse : Verdier/poche, 2008. Original publicado em 2002. P. 181-194.

NORMAND, Claudine. Saussure-Benveniste. *In*: NORMAND, Claudine; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (org.). **Convite à linguística**; tradução de Cristina de Campos Velho Birck *et al.* 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 197-204.

OUSTINOFF, Michaël. **Tradução**: história, teorias e métodos. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

RAMOS, Juliana Marschal; ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. Émile Benveniste: linguista e tradutor em *Vessantara Jataka*. *In*: **XXXV Salão de Iniciação Científica** (35.: 2023 nov. 6-10: UFRGS, Porto Alegre, RS). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/269128>. Acesso em 14 jan. 2024.

SAUSSURE, Ferdinand de. O valor linguístico. *In*: **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 130-141.